Ministro Barbosa da Silva, que chefiará a Missão que vai a URSS

Missão a Moscou: Comércio Com a URSS

ANO I — RIO, SEMANA DE 23 A 29 DE OUTUBRO DE 1959 — N.º 35

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 171/1712

CARNE: 10 Razões Pela INTERVENÇÃO Nos Frigoríficos

(Leia na última página)

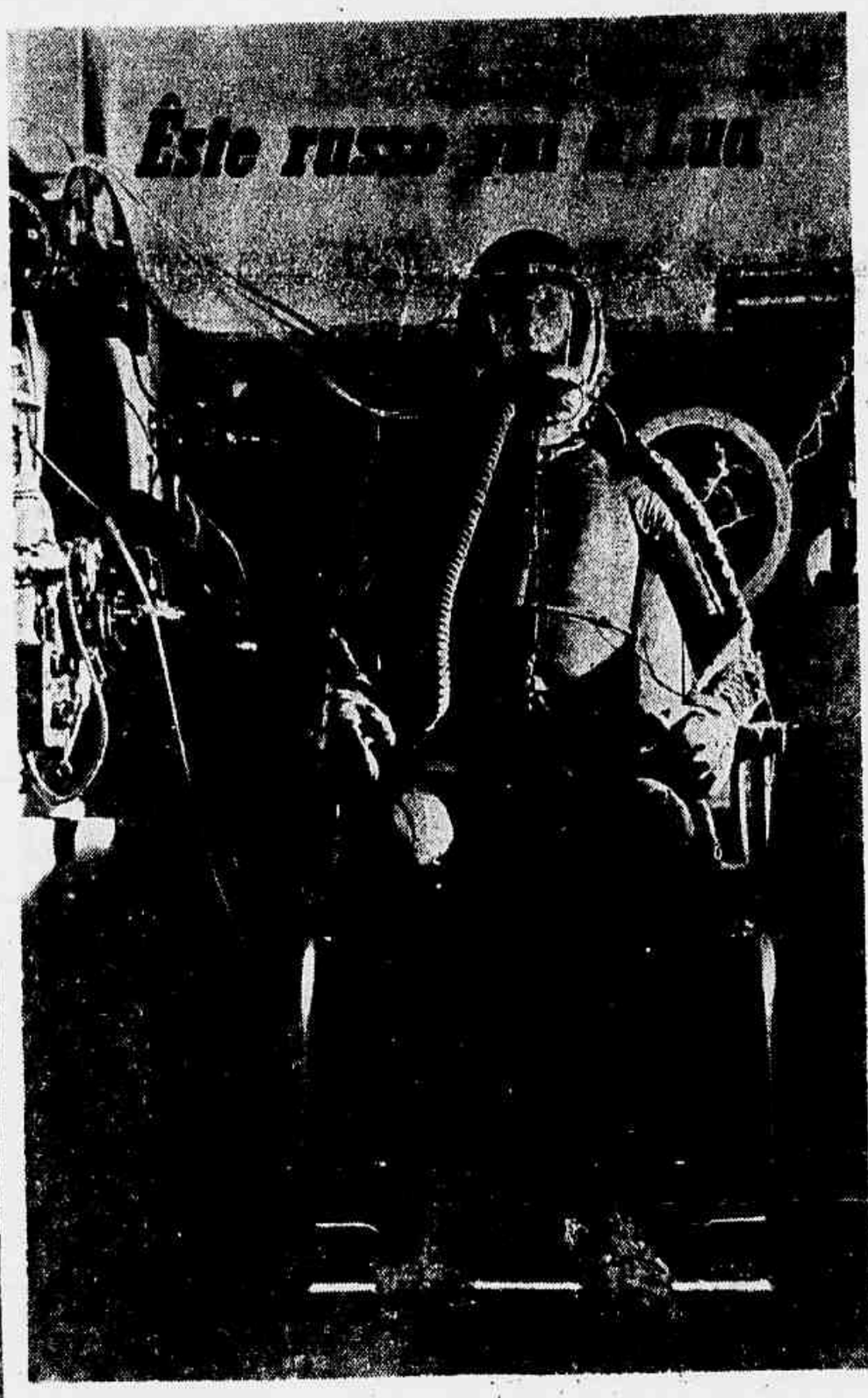
À candidatura Lott e a "união nacional"

(Comentário na 3.ª página)

INTELECTUAIS E JURACY:

MANIFESTO DISTORCE A VERDADE E NÃO SERVE AO NACIONALISMO

(Comentário na 3.ª página)



HOMENS QUE IRÃO AOS ESPAÇOS

Os cientistas soviéticos ao ramo dos foguetes cósmicos estão realizando treinamentos sistemáticos com homens para vôos a grandes altitudes. Cada piloto de futuros vôos interplanetários é minuciosamente examinado por médicos experientes e testadas tôdas as suas reações numa câmara, como se estivesse realmente em grandes altitudes. Nesta foto (Agência TASS) vemos um dos pilotos soviéticos em câmara de treinamento para vôos cósmicos.

REMÉDIOS: Tramam Novo Assalto à Bolsa Do Povo

(Reportagem na 5.ª página)

Segundo Capítulo Da Novela Do Sacopã

(Reportagem na 11.ª página)

Com a URSS Relações

A decisão adotada pelo Govêrno de enviar uma Missão Econômica à União Soviética, dando assim um passo decisivo para o restabelecimento das relações comerciais com o grande país socialista, foi recebida em todos os círculos com entusiásticas manifestações de apoio. Trabalhadores, representantes da indústria e do comércio, parlamentares de vários partidos, todos se manifestam de acôrdo com a atitude afinal assumida pelo sr. Juscelino Kubitschek.

O reinício do intercâmbio comercial com a URSS é uma exigência que vem sendo feita, há muitos anos, por tôdas as fôrças patrióticas e progressistas de nosso país. A posição em que vinha se mantendo o Govêrno, de desconhecer a existência da União Soviética — país que, como reconhece o próprio Itamarati, será dentro de poucos anos a maior potência econômica do mundo — chocava-se violentamente com os interêsses nacionais, além de contrariar os anseios de paz do povo brasileiro. A decisão agora anunciada pelo ministro Lafer constitui, por isso mesmo, uma vitória das mais importantes entre as conseguidas nos últimos tempos pelas fôrças nacionalistas e populares do nosso país.

Como asseguram as próprias autoridades, em declarações prestadas à imprensa, são grandes as perspectivas que se abrem com o intercâmbio econômico entre o nosso país e a União Soviética. Não sòmente a URSS tem condições de absorver grande parte de nossa produção e nos fornecer os mais modernos equipamentos para a nossa industrialização, como os têrmos em que se fará êste intercâmbio serão os mais favoráveis aos nossos interêsses, uma vez que são estranhos aos acordos com a União Soviética e outros países socialistas quaisquer condições ou exigências lesivas à soberania e às conveniências da nação.

Trata-se, portanto, de dar às relações comerciais que agora se reiniciam com a URSS o caráter efetivo e conseqüente que os interêsses nacionais reclamam. Só assim, naturalmente, poderão converter-se em realidade as promissoras perspectivas que personalidades oficiais como o presidente do Instituto do Café vêem, justamente, na normalização das trocas comerciais com a União Soviética.

As fôrças nacionalistas e populares, apoiando decididamente a atitude agora assumida pelo sr. Juscelino Kubitschek, manter-se-ão vigilantes e combativas em sua luta pelo progresso independente de nosso país, pela emancipação nacional.

Estudantes Universitários Defendem a Escola Pública

(Noticiário na 10.ª página)

QUE A MALDIÇÃO DE ALLAH CAIA SÔBRE OS IMPERIALISTAS!

Abdel Karim Kassem:

Que se passa no Iraque?

Há dias, o chefe da revolução iraqueana, Karim Kassem, foi alvo de um atentado a bala em pleno centro de Bagdá.

Dias antes, mais de uma dezena de oficiais contra-revolucionários tinham sido fuzilados como implicados em conspirações para a derrocada do govêrno de Kassem.

Constantemente as agências telegráficas norte-americanas (UPI, AP) divulgam informações, sabidamente falsas, como estas: «Kassem sob o domínio dos comunistas». Na semana seguinte, elas próprias se desmentem: «Kassem vai «liqüidar» os comunistas».

Essas agências — que são sucursais dos trustes de petróleo e outros — têm um objetivo supremo: manter a agitação em tôrno do Iraque, criando um estado de espírito que possa aceitar uma reviravolta naquele país onde os monopólios petrolíferos estrangeiros dispõem ainda de uma grande fôrça econômica e pretendem restaurar sua antiga fôrça política.

x x x

Relembremos que há pouco mais de um ano (foi a 14 de julho de 1958) triunfou naquele país do Oriente Médio a revolução chefiada por Karim Kassem, derrubando a monarquia apodrecida que oprimia o povo, estreitamente ligada ao capital financeiro internacional que explora as ricas fontes de petróleo iraqueano.

Desde então, o govêrno de Kassem, com o apoio irrestrito dos trabalhadores e do povo, vem pondo em prática uma série de medidas destinadas a transformar o Iraque num país independente e soberano e proporcionar um nível de vida condigno a seu povo, que há séculos vive na mais negra miséria. Kassem vem realizando a reforma agrária, mediante a desapropriação dos latifúndios, golpeando assim mortalmente o principal aliado interno do imperialismo, os senhores feudais. Contra êle, portanto, se volta a ira dos latifundiários, enquanto os grupos imperialistas estrangeiros percebem que seu principal apoio interno vai sendo minado. Daí o afã com que, aquêles internamente e os últimos no exterior, procuram por todos os meios derrubar o govêrno revolucionário de Karim Kassem e restaurar a anterior ordem de coisas.

O chefe dos serviços de espionagem dos Estados Unidos, Allan Dulles, irmão do falecido Secretário de Estado Foster Dulles, fornece periòdicamente à imprensa e às agências telegráficas americaans relatórios alarmantes (e falsos) sôbre a situação no Iraque. O tom dominante em tais relatórios é de que o «Iraque se inclina para o campo socialista».

Em que se baseia a propaganda dos imperialistas para tentar criar um clima que permita a intervenção estrangeira no Iraque?

PRIMEIRO — nas medidas econômicas de caráter interno, como a reforma agrária;

SEGUNDO — nos acôrdos feitos pelo govêrno iraqueano com a União Soviética para o fornecimento de maquinaria industrial e créditos, destinados a fomentar a industrialização do país, única maneira de libertá-lo da velha dependência em relação ao imperialismo;

TERCEIRO — no temor de que, na medida em que se consolide a revolução iraqueana, sejam tomadas medidas restritivas em relação aos poderosos monopólios internacionais do petróleo.

São êstes que fomentam as ondas de agitações internas no Iraque, preparando terreno para crimes (como a tentativa de assassinato de Karim Kassem) e finalmente a derrubada do govêrno revolucionário e a volta ao Poder de homens corruptos e serviçais dos trustes, como o finado Nuri Said ou o fantoche rei Faiçal.

AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

O povo iraqueano jamais conhecera as liberdades democráticas de que desfruta hoje. Esta é outra pílula amarga que a reação interna e os imperialistas não querem engulir. Estavam ambos habituados à existência no país de governos que não passam de comitês executivos da vontade soberana dos exploradores estrangeiros do petróleo iraqueano e dos latifundiários.

A revolução de 14 de julho do ano passado deu fôrças ao povo, em particular à sua parcela mais consciente e organizada, à classe operária, os estudantes, a intelectualidade progressista

O govêrno de Kassem concedeu a liberdade de associação já em novembro de 1958, quando os estudantes fundaram uma organização nacional única e passaram a influir nos destinos do país Mais tarde, em fevereiro dêste ano, um decreto autorizava a liberdade sindical: imediatamente foram criadas cêrca de 30 federações profissionais (das quais a mais importante é a dos operários da indústria petrolífera), reunidas numa Confederação Geral.

O Primeiro de Maio foi declarado festa nacional dos trabalhadores iraqueanos.

Os Sindicatos operários são hoje um firme apoio do govêrno revolucionário de Karim Kassem. Constituem um centro ativo da vida político e social do país Organizam campanhas de âmbito nacional pelo aumento da produção, condição prévia da elevação do nível de vida do povo.

Começam a organizar-se também os camponeses do Iraque. Antes, viviam êles na mais negra miséria, sob a exploração desumana dos grandes proprietários territoriais. Em abril dêste ano, promoveram em Bagdá um Congresso Nacional, que reuniu 1.800 delegados (árabes e kurdos) representando milhões de trabalhadores agrícolas. O próprio chefe do govêrno, Kassem, assistiu ao Congresso, prometendo colaborar com tôdas as suas fôrças para acelerar a reforma agrária e reforçar a solidariedade da classe operária com os camponenses. Em maio, era constituída a Federação Nacional única dos camponeses, baseada nas uniões provinciais.

A juventude iraqueana torna-se uma fôrça cada vez mais influente na vida do país. Organizada clandestinamente em 1951, foi legalizada sob o govêrno de Kassem. A 11 de junho reuniu-se em Congresso Nacional com 600 delegados. O chefe da revolução estêve também presente a êsse Congresso, saudando calorosamente seus participantes.

LIBERDADE DE IMPRENSA

A revolução de 14 de julho também deu ao povo iraqueano um direito que êle jamais havia desfrutado: a liberdade de imprensa. Antes, circulavam no país apenas os jornais que serviam aos interêsses das classes dominantes — os grandes latifundiários, os capitalistas ligados ao capital estrangeiro, os agentes dos trustes. Hoje, jornais e revistas circulam em grande número no Iraque, inclusive órgãos da classe operária que traduzem seus mais sentidos anseios.

KASSEM E OS COMUNISTAS

Todos sabem que Karim Kassem é o chefe da revolução iraqueana. Foi êle quem comandou as fôrças que a 14 de julho de 1958 puseram abaixo o govêrno reacionário e antipopular de Nuri Said, juntamente com a apodrecida monarquia de Faiçal.

Mas, qual a origem de Kassem? Qual a sua ideologia?

A Abdel Karim Kassem a reação mundial atribui desígnios os mais maquiavélicos.

Na verdade, Kassem representa uma parcela considerável — e crescente — das fôrças revolucionárias nacionalistas que fermentam todo o Oriente. Originário da pequena burguesia, representa sem dúvida as aspirações das camadas médias e da burguesia nacional, que, nas atuais condições de luta contra o imperialismo e ante a influência poderosa do socialismo no mundo contemporâneo, não deixam de ter suas tendências «socialistas moderadas».

Não vamos porém tecer suposições em tôrno das intenções de Kassem e das principais fôrças sociais que êle repreesnta? Sejamos mais objetivos. Vejamos que tem êle feito, o que pensa e o que pretende fazer.

A 30 de maio dêste ano, respondendo ao antigo Ministro britânico Nutting, que o entrevistava, Kassem disse:

— Os comunistas iraqueanos são patriotas que sempre serviram aos interêsse do país e sempre cooperaram estreitamente com o conjunto da população para a defesa da República.

Kassem decretou a reforma agrária e a leva à prática.

Mas a reforma agrária não é uma medida de caráter socialista; é uma medida de revolução democrático-burguesa. Foi uma das primeiras e mais radicais medidas tomadas pela burguesia revolucionária na França em 1789, ao derrotar o feudalismo. Todos os países capitalistas que progridem industrialmente não podem deixar de realizar a reforma agrária, que significa fundamentalmente liquidar com as remanescentes relações feudais de produção.

Kassem tem reconhecido na prática as liberaddes democráticas fundamentais. Mas estas liberdades existem em qualquer país capitalista organizado.

Kassem projeta, certamente, limitar cada vez mais o domínio dos monopólios estrangeiros no petróleo do Iraque. Mas, qualquer país soberano não pode deixar de ter êste objetivo, sob pena de continuar como país dependente, econômica e politicamente, do capital financeiro internacional. O Egito de Nasser, por exemplo, que realiza uma política interna reacionária, liquidando inclusive fisicamente seus adversários, expropriou o Canal de Suez, enfrentando duas potências imperialistas — a Inglaterra e a França. E no entanto o govêrno de Nasser realiza ao mesmo tempo uma política anticomunista. Portanto, as expropriações do capital estrangeiro não são típicas do socialismo.

O Partido Comunista do Iraque, naturalmente, dá seu irrestrito apoio à política que vem sendo seguida por Karim Kassem. Porque se trata de medidas que interessam à classe operária e a todo o povo. O Partido Comunista Iraqueano, fêz, ainda há pouco através de seu secretário geral, a seguinte declaração:

— Os comunistas iraqueanos sempre salientaram a necessidade de fortalecer a unidade das fôrças nacionais para serem atingidos os objetivos da revolução. Apesar da discriminação de que são objeto, estão dispostos sempre a trabalhar pela fraternidade entre tôdas as fôrças antiimperialistas e antifeudais (...) A política nacional democrática traduz a vontade da grande maioria da nação, unida em tôrno do filho do povo, Kassem.

(A discriminação a que se refere o secretário geral do PC é a ausência, até agora, de legalidade de atuação do Partido Comunista, o que constitui uma falha na incipiente democracia iraqueana).

E' verdade que as intrigas imperialistas não permitem que Kassem amplie ainda mais as liberdades democráticas no país. Os partidos políticos em geral não têm existência legal, estando porém previsto que poderão voltar à atividade a partir de janeiro do próximo ano, a fim de se prepararem as fôrças políticas para eleições gerais subsequentes.

Diz-se que Karim Kassem prevê para o Iraque uma espécie de «democracia dirigida» (como na Indonésia). Como quer que seja, porém êstes 15 meses de govêrno revolucionário oferecem um saldo bastante positivo para o povo iraqueano. O principal, naturalmente, é a reforma agrária, que está organizando e mobilizando a maioria do povo do Iraque, o campesinato pobre, contra os principais aliados internos doi imperialismo, os grandes proprietários rurais.

—

Ante as medidas em favor do povo e da libertação nacional do Iraque, os grupos imperialistas estrangeiros (nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França) só podem ter ódio mortal a Karim Kassem. Devido à sua enorme popularidade, tratam de eliminá-lo fisicamente, certos de que assim golpeardo seriamente a revolução, de que Kassem é o líder mais eminente.

Mas, a tentativa infame de assassinato de Kasem encontrou a resposta imediata por parte do povo iraqueano: ondas de solidariedade a Kassem e de repúdio aos assassinos espalharam-se por todo o país. E o povo iraqueano repetiu unissono a exclamação de Abdel Karim Kassem ao ser baleado:

—Que a maldição de Allah caia sôbre os imperialistas!

O Povo Apóia Kassem?

Estará o povo do Iraque com o govêrno de Kassem?

Para responder a esta pergunta basta citar os seguintes fatos:

1) O govêrno de Kassem está se empenhando em fundar no Iraque uma indústria pesada própria. Antes da revolução, havia no país ùnicamente a indústria extrativa do petróleo, que na sua maior parte era levada em bruto pelas companhias americanas e inglêsas para o estrangeiro.

2) Kassem leva à prática a reforma agrária em todo o país. Seis milhões e 500 mil iraqueanos (nove décimos da população do país) viviam na agricultura e a imensa maioria não possuir terra. De .. 830.000 famílias camponesas, apenas 120 mil posuiam pequenas parcelas que não ultrapassavam geralmente de ½ de hectare. Os demais não tinham qualquer terra e eram obrigaoos a trabalhar nas terras dos latifundiários. Êstes tinham em suas mãos propriedades de 5.000 até .. 50.000 hectares. O «fellah» (camponês semi-servo) recebia apenas 30 por cento da colheita.

3) Estão sendo melhoradas as condições de habitação. Oitenta por cento dos iraqueanos eram subalimentados. Apenas 6 por cento habitavam casas de alvenaria; 26 por cento moravam em choças de bambu ou em tocas cavadas na argila.

4) Nos oito primeiros meses depois da revolução de 14-VII-58 mais de 400 novas escolas foram abertas. Foi elaborado um amplo programa de instrução popular.

Mesmo nas cidades, a percentagem de analfabetos atingia a 90 por cento, sendo de 99 por cento no campo.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmon Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, S/905
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual .... Cr$ 250,00
Semestral . " 130,00
Trimestral . " 70,00
Aérea ou sob registro despesas à parte
N. avulso .. Cr$ 0,00
N. atrasado 0,00

CRÔNICA INTERNACIONAL

★★★★★★★★★★★★★★★

LUNIKS E GELADEIRAS

RUI FACÓ

A 16 de outubro, jornais do Rio divulgaram um significativo telegrama de Moscou: o govêrno da União Soviética e o Comitê Central do Partido Comunista tomaram medidas determinando um espetacular aumento da produção de bens de consumo duráveis, como geladeiras, televisores, máquinas de lavar roupa, máquinas de costura, bicicletas, etc. Alguns dêstes artigos terão sua produção dobrada dentro de dois anos.

A notícia causou sensação no mundo e, naturalmente, grande alegria entre o povo soviético.

O aumento da produção de bens de consumo na URSS é acompanhado de uma redução de preços. A lei que rege o comércio interno soviético é inteiramente diversa da que domina nos países capitalistas. Como o Estado não tem por objetivo o lucro, mas a satisfação ao máximo das necessidades da população, reduz os preços na medida em que a produção aumenta.

Alguns comentaristas procuram fazer crer que a nova medida do govêrno soviético resulta da «impressão» que teria recebido Kruschiov na sua visita aos Estados Unidos, onde viu abundância de bens de consumo. Comentário tolo se não procurasse principalmente encobrir a realidade. E a realidade é que o incremento da produção de bens de consumo da URSS é o primeiro grande reflexo interno da modificação que se inicia na situação internacional. E' conseqüência dos entendimentos já havidos entre a União Soviética e os Estados Unidos para pôr têrmo à guerra fria, para procurar resolver os problemas internacionais pendentes não através da guerra e sim de acôrdos pacíficos.

A URSS jamais negou que em seus planos econômicos dava precedência à indústria pesada, porque desta depende fundamentalmente a manutenção de sua capacidade defensiva, como o bem-estar do povo. Foi esta política que tornou possível sua vitória sôbre a Alemanha de Hitler. E' esta a política seguida com maior conseqüência ainda depois da morte de Stalin, mobilizando-se todos os recursos do país, materiais e humanos, alargando a autonomia local e adotando outras medidas, que redundaram num enorme avanço da União Soviética em todos os terrenos.

Fruto desta política, no terreno científico e técnico, foram as realizações da URSS no domínio dos espaços interplanetários, deixando bem atrás a maior potência capitalista, os Estados Unidos. E agora que sua defesa está assegurada contra qualquer agressão, pode a URSS destinar maiores verbas para a produção de bens de consumo e tomar outras medidas, como a recente redução da jornada de trabalho, já agora de 7 horas e em alguns setores profissionais, de 6.

Aliás, a mais recente medida do govêrno soviético e do PCUS sôbre o aumento da produção de bens de consumo é o melhor testemunho da confiança da URSS de que continuará no mundo o processo iniciado de alívio da tensão internacional.

E' uma prova também de que, em condições de paz sólida, os países socialistas terão maiores, possibilidades de vencer a concorrência com os países capitalistas, oferecer aos trabalhadores e ao povo condições de vida cada vez melhores.

Esta a verdade que procuram inùtilmente ocultar os que buscam falsos motivos para explicar o ato do govêrno soviético.

MANIFESTO DE INTELECTUAIS PRÓ-JURACI

DISTORCE A VERDADE E NÃO SERVE À CAUSA NACIONALISTA

Os jornais de domingo último divulgaram um manifesto assinado por alguns intelectuais apelando às fôrças políticas no sentido do apoio à candidatura do sr. Juraci Magalhães à Presidência da República.

Antes de tudo deve ser assinalado o caráter pouco expressivo dêsse manifesto. Entre os seus signatários, que não vão além de algumas dezenas, não há senão um ou outro nome realmente representativo. O documento está muito longe de exprimir a adesão de setores ponderáveis da intelectualidade brasileira à candidatura do governador da Bahia. Muito mais representativo, sem nenhuma dúvida, o movimento de intelectuais nacionalistas e democratas que se articula em tôrno da candidatura do marechal Teixeira Lott.

Mas, além de pouco significar quanto ao número e, de modo geral, à expressão dos seus signatários, o manifesto juracisista é, do começo ao fim, um exemplo de distorção da verdade. E' inteiramente falso, por exemplo afirmar, como se faz no manifesto, que a candidatura Lott surgiu de um «movimento de cúpula, sem refletir o sentimento popular». O que se deu, foi exatamente o oposto: a candidatura Lott surgiu como uma imposição do movimento nacionalista, uma exigência das fôrças patrióticas e democráticas, a que tiveram de submeter-se as cúpulas dirigentes do PSD e do situacionismo, depois de lhe oferecerem todo tipo de resistências, ainda não de todo eliminadas.

Não é esta, porém, a única violação da verdade. Pretendendo justificar sua adesão à candidatura Juraci, os autores do manifesto fazem uma exaltação dos trinta anos de vida pública do ex-presidente da UDN a qual só pode provocar surprêsa e espanto. Chega a ser inacreditável que tentem apresentar o passado do sr. Juraci Magalhães como sendo «trinta anos de fidelidade democrática», pessoas que conhecem muito bem o que foi o longo reinado de arbitrariedade e violências as mais brutais, particularmente contra os estudantes e os jornalistas, que marcou a presença do sr. Juraci Magalhães no govêrno da Bahia. E como se falar em «atuação parlamentar incensurável» do ex-presidente da UDN, a quem não se pode creditar talvez uma única iniciativa no interêsse do povo, mas de quem podem ser lembrados os discursos e apartes — tanto na Constituinte como no Senado — abertamente a favor do imperialismo norte-americano e dos provocadores de uma nova guerra? Para dar apenas um exemplo, não foi precismente o sr. Juraci Magalhães que, não há muito tempo, no Senado, em aparte ao sr. Kerginaldo Cavalcanti, afirmava que os generais norte-americanos já deviam ter ocupado Fernando de Noronha muito antes de lhes ser cedida esta parte de nosso território?

Outro inconcebível absurdo é declarar que o passado político do sr. Juraci Magalhães é uma «afirmação nacionalista». Ignora-se então a conhecida posição do governador da Bahia contra o monopólio estatal do petróleo, defendida na famosa série de artigos publicados nos «Diários Associados»? E a atitude do ex-presidente da UDN em 11 de novembro de 1955, aliado às fôrças golpistas e entreguistas? E as recentes «caravanas da liberdade», em que o governador da Bahia aparecia entre Carlos Lacerda e Herbert Levy fazendo a mais furibunda pregação golpista e antinacionalista? Nem se trata tampouco, apenas, de coisas do passado. Ainda agora, no govêrno da Bahia, o sr. Juraci se declarou a favor da «Bond and Share», contra o movimento pela sua encampação.

Como se vê, os autores do manifesto juracisista foram longe demais na exaltação de seu candidato. E com isto estão desservindo à causa nacionalista e democrática, que exige hoje a unidade de tôdas as fôrças patrióticas e democráticas em tôrno da candidatura do marechal Teixeira Lott, contra a conspiração entreguista e reacionária, representada pela candidatura do sr. Jânio Quadros.

No que se refere à intelectualidade comunista, sua posição é bastante clara quanto ao problema sucessório; consiste em empenhar-se para que se reforce cada vez mais a coesão das fôrças nacionalistas e populares que, no momento atual, se empenham no sentido de consolidar a candidatura do marechal Teixeira Lott a fim de assegurar a derrota da candidatura entreguista e reacionária de Jânio Quadros.

Presidente do IBC sôbre o reatamento comercial com a URSS:

"Estamos Diante De Uma Era De Grande Significação"

Anunciando, em nota oficial do Itamarati, o envio, na segunda quinzena de novembro próximo, de uma Missão Econômica à União Soviética, o govêrno brasileiro empreendeu, afinal, um passo de decisiva importância no sentido do restabelecimento de relações comerciais com a URSS. A medida anunciada pelo sr. Horácio Láfer alcançou, como é natural, a maior repercussão em todos os círculos, encontrando o decidido apoio da opinião pública. A normalização de nossas relações com a URSS e demais países socialistas já se converteu numa exigência pràticamente de tôda a nação. O ato do govêrno constitui, por isso, numa importantíssima vitória das fôrças nacionalistas e democráticas.

NOTA DO ITAMARATI

E' o seguinte o texto do comunicado do Itamarati anunciando o reinício do intercâmbio comercial com a União Soviética:

«Na segunda quinzena de novembro próximo, seguirá para Moscou a Missão Comercial Brasileira que deverá discutir com as autoridades soviéticas os negócios de compra e venda, possíveis, de produtos do Brasil e da União Soviética.

As negociações para o envio dessa Missão Comercial foram conduzidas, pessoalmente, pelo chanceler Horácio Láfer, através do govêrno da Polônia. A Missão escolhida, cujos nomes já foram comunicados, é composta pelos senhores:

— Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico do Itamarati; brigadeiro Henrique Fleiuss, presidente do Conselho Nacional do Petróleo; coronel Idálio Sardemberg, presidente da Petrobrás; dr. Tosta Filho, diretor da CACEX; dr. Renato Costa Lima, presidente do Instituto Brasileiro do Café; dr. Ivan de Oliveira, para assuntos cambiais; sr. Euvaldo Mota, para assuntos bancários; e sr. João Milton Prates, como membro-secretário.

Os estudos sôbre a possibilidade de colocação de produtos brasileiros, no Leste Europeu, e aquêles que o Brasil pode adquirir, acham-se muito adiantados, e serão apresentados dentro de um espírito objetivo e prático».

DEFESA DOS INTERÊSSES NACIONAIS

«Afinal, depois de quase um ano de trabalho persistente, vejo prevalecer o bom-senso e o respeito ao interêsse nacional», declarou à imprensa o sr. Renato Costa Lima, presidente do IBC, comentando o envio da Missão Econômica à URSS.

Acrescentou o presidente do Instituto do Café: — «Reatando-se as relações comerciais entre os dois países, tanto lucrará um como o outro. As perspectivas que agora se abrem para os setores econômicos e financeiros do nosso país são as mais risonhas, uma vez que o início de um intercâmbio comercial entre dois países com tão imensas possibilidades influirá por certo no mercado internacional de forma favorável para nós.

— A abertura de mercado tão importante para o nosso café — disse ainda o sr. Renato Costa Lima — vai assegurar melhores dias também para os nossos lavradores, uma vez que ficarão libertos de maiores preocupações com a colocação de suas safras. Poderão, inclusive, produzir ainda mais, dentro das características de produtividade que estão sendo estimuladas pelo IBC. O comércio do café, por seu lado, gozará de mais prosperidade. Estamos, portanto, diante de uma era de grande significação para o nosso país».

PRODUTOS A TROCAR

Em esclarecimentos fornecidos à imprensa, um porta-voz oficial do Itamarati, depois de afirmar que «hoje em dia é impossível ignorar a Rússia como potência e como mercado internacional», declarou que o reinício do intercâmbio comercial com a União Soviética abre a possibilidade da conquista de um grande mercado para o café, cujos excedentes já atingem a cêrca de 20 milhões de sacas. Mas não se trata apenas do café. Afirma o porta-voz do Itamarati:

— Há, também, que considerar que nesse novo mercado poderá ser colocada parte substancial de nossa produção de cacau, algodão, óleos vegetais, aparelhos elétricos domésticos, que de muito desafogará nossa economia.

Em contrapartida, poderemos comprar da URSS materiais para refinarias e prospeção do petróleo, maquinarias pesadas para a renovação do nosso parque industrial, visando colocar a manufatura brasileira em nível de produção capaz de concorrer no mercado internacional.

REPERCUSSÃO NA CÂMARA

O envio da Missão Econômica a Moscou repercutiu intensamente na Câmara dos Deputados, onde grande número de representantes do povo vem lutando pelo restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas.

Na sessão da última segunda-feira, depois de ler a nota oficial do Itamarati, o deputado Bocaiuva Cunha (PTB-Estado do Rio) congratulou-se com o govêrno pela decisão tomada. Em apartes, manifestaram-se no mesmo sentido muitos outros deputados, entre os quais os srs. Seixas Dória (UDN-Sergipe) e Crocci de Oliveira (PTB-Rio Grande do Sul). Na sessão de terça-feira, falou sôbre o assunto o sr. Fernando Santana (PTB-Bahia).

APOIO DOS TRABALHADORES

O envio da Missão Econômica a Moscou foi saudado também pelos trabalhadores brasileiros. Reunidos terça-feira última, na sede do Sindicato dos Gráficos, sob o patrocínio do Conselho Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, os dirigentes sindicais cariocas resolveram, por unanimidade, enviar uma mensagem de congratulações ao ministro Horácio Láfer. Assinalam os trabalhadores, em sua mensagem, a necessidade de serem reiniciadas as relações comerciais do Brasil com outros países socialistas, especialmente a República Popular da China.

UDN: UM SACO DE-GATOS

A fim de reagrupar as suas fôrças e tentar aliciar novos elementos nos momentos decisivos que antecedem a convenção da UDN, marcada para 7 de novembro, encontra-se no Rio o sr. Juraci Magalhães. O governador da Bahia não revela o menor sinal de recuo nas suas pretensões de comparecer à convenção udenista disposto a exigir do seu partido que se defina por sua candidatura, considerando que o seu competidor é um «estranho aos quadros udenistas».

A presença do sr. Juraci nesta capital e sua anunciada viagem a São Paulo e Minas Gerais, com o objetivo de conquistar novos apoios entre os convencionais da UDN, dão uma maior profundidade à crise em que se debate a «eterna vigilância». E indisfarçável o temor com que, às vésperas da convenção, se conduzem os elementos janistas. Isto se manifesta inclusive na agressividade cada dia maior, com que o sr. Carlos Lacerda se refere aos partidários de Juraci.

A crise udenista agravou-se ultimamente também em face da resolução adotada na convenção do PDC, lançando para vice de Jânio o nome do sr. Fernando Ferrari, quando os compromissos do ex-governador paulista eram no sentido de fazer de um udenista o candidato único de sua chapa ao segundo posto. O juracisistas, como é óbvio, vem procurando tirar todo provento dêste fato, apresentando-o como um exemplo concreto da falta de seriedade com que se conduz o sr. Jânio Quadros em face de seus aliados.

Apesar de tudo, permanece a crença de que Jânio vencerá a convenção. Nesse sentido influi decisivamente o trabalho sistemático que vem sendo feito pelo presidente da UDN, sr. Magalhães Pinto, que o sr. Juraci já acusou abertamente de tê-lo traído.

A Candidatura Lott e a "União Nacional"

Os círculos políticos se agitaram, no princípio da semana, com a declaração do marechal Lott de que estava disposto a renunciar à sua candidatura, com o afastamento também dos outros candidatos, para possibilitar um movimento de união nacional na campanha sucessória. E as mais diversas interpretações foram dadas ao gesto do ministro da Guerra.

É bem conhecida, sem dúvida, a atividade dos setores reacionários do PSD e do govêrno, empenhados, desde o início da movimentação em tôrno da sucessão presidencial, em impedir que a batalha política das eleições seja travada em têrmos de luta entre nacionalismo e entreguismo. Defendem êles, sob pretextos os mais vários, a fórmula de «união nacional», através da qual conseguiriam o afastamento da candidatura Lott, considerada nacionalista e extremada. Essa fórmula não pode, evidentemente, ser aceita pelas correntes populares, já que procura evitar uma vitória nacionalista no pleito.

Acredita-se, entretanto, que, da parte do marechal Lott e dos círculos que lhe estão mais próximos, no gesto de renúncia, anunciado de maneira a provocar um impacto emocional exatamente quando chega ao Rio o sr. Juraci Magalhães e se prepara a convenção nacional da UDN, existe a intenção de enfraquecer a candidatura Jânio Quadros dentro do partido oposicionista. Setores do udenismo ainda vacilantes na escolha que deverá ser feita entre Jânio e Juraci, poderiam vir a inclinar-se, ante a mudança de perspectiva, para o apoio ao governador baiano. E, qualquer que fôsse o resultado da convenção udenista, a candidatura de Jânio resultaria enfraquecida ao mesmo tempo que Juraci receberia cobertura para não aceitar uma decisão dos convencionais a êle desfavorável e para decidir-se pelo apoio à candidatura Lott.

Repetindo, como afirmamos de início, uma «união nacional» que constituisse mero biombo antinacionalista, as fôrças patrióticas e democráticas, agrupadas em tôrno da candidatura do marechal Lott, só poderiam aceitar outro encaminhamento para a sucessão presidencial que tivesse como base um candidato que efetivamente inspirasse confiança ao povo e apresentasse uma plataforma de indisfarçável conteúdo nacionalista. Qualquer união de fôrças políticas para apresentar outra candidatura só seria admissível sem a mácula entreguista da pretensa união nacional dos reacionários do PSD.

Mr. Cabot Quer Um Título

O Embaixador Moors Cabot fêz novo 'pronunciamiento' sôbre o nacionalismo. Ao que parece, êste representante do Govêrno de Washington faz questão de passar à história como o mais intrometido e insolente embaixador estrangeiro jamais enviado ao nosso país. É êle o único Chefe de missão diplomática credenciado no Rio que toma a liberdade de pronunciar-se publicamente sôbre questões internas brasileiras, e de utilizar-se da imprensa como instrumento de pressão sôbre o Govêrno brasileiro. E não apenas se atribui essa liberdade, como não liga a mínima importância às críticas que, na imprensa e na Tribuna da Câmara, lhe são dirigidas por essa conduta.

Não nos interessa absolutamente discutir a opinião pessoal do sr. Cabot sôbre os problemas sociais, êle tem todo o direito de pensar segundo os princípios ideológicos do imperialismo a que deve obediência. Mas o Sr. Cabot é aqui o Embaixador de um Govêrno estrangeiro, e tudo o que diz e faz aparece nos jornais e é acreditado como sendo fala e ação do Govêrno a que representa.

Dessa forma, quando o sr. Cabot exerce aberta pressão sôbre o nosso Govêrno para que se abstenha de intervir nos frigoríficos americanos êle está exercendo uma atividade que um govêrno soberano não admite, e quando faz acompanhar essa pressão por declarações públicas contra a política que inspira a intervenção — o nacionalismo — sua interferência em nossos negócios passa a constituir uma ofensa à dignidade nacional. O revisor do "Diário de Notícias" esqueceu-se de riscar o nome do "USIS", ao pé da notícia publicada sôbre o último pronunciamento do Sr. Cabot, o que constitui uma prova de que o caráter oficial dessa intromissão ianque em nossos negócios internos é ainda formalizado pela atuação do serviço de relações públicas da Embaixada. Até quando o Govêrno brasileiro tolerará essa limitação de sua soberania?

ASSINE "NOVOS RUMOS"

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO PETRÓLEO E DA ECONOMIA NACIONAL

CONVOCAÇÃO

Na forma dos Estatutos (§ 1º e § 2º do art. 5º e art. art. 6º), convoca os associados para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia 26, segunda-feira, na Avenida Nilo Peçanha, 12, sala 426, em 1ª e 2ª convocações, às 8h e 8h 30m, respectivamente, e em 3ª, às 9 horas, a fim de deliberarem sôbre a seguinte Ordem do Dia:

1º — Relatório da Comissão Diretora.
2º — Eleição para renovação da Comissão Diretora e do Conselho Consultivo (art. 4º, b,d)
3º — Concessão de títulos honoríficos (art. 4º, f).

De acôrdo com a resolução da Diretoria, as eleições se realizarão das 9h às 19h dos dias 26, 27, e 28 do corrente, no local acima.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1959
General Felicíssimo Cardoso
Presidente

Fora De Rumo

RAIMUNDO NONATO

Citando Maritain, o sr. Gustavo Corção escreve, num de seus substanciosos artigos vastamente derramados pelas páginas dos grandes jornais, que numa civilização marcada pelo impacto do empirismo tôdas as noções andam baralhadas ou subvertidas. Certo, em parte. Só faltou que o articulista humildemente se situasse nesse mundo marcado pelo impacto do empirismo.

* * *

Prova de que as noções andam baralhadas no mundo dos Corções? Veja-se a grita dos inimigos do asfalto, dos homens que acusam a cidade (a pobre cidade sem carne, sem pão e sem água) de atrair pérfidamente os que vivem a vida bucólica.

* * *

Será tão adorável assim o bucolismo nacional? No mesmo número do jornal em que sai o artigo do sr. Corção lemos uma reportagem sôbre a vida às margens do São Francisco. Referindo-se às mulheres e meninas que plantam o arroz amargo em terreno lamacento, o repórter faz a apresentação: maltrapilhas, sujas, vestes encharcadas, freqüentemente buscam no álcool energia e confôrto, mães e filhas compartilhando da mesma garrafa de aguardente, crianças magras e esfarrapadas, trabalhando bêbadas nos arrozais de Propriá. Uma tragédia pior que a do filme de Silvana Mangano.

* * *

Mas ha, dr. Corção, o mundo erbado através do combate ao empirismo, ao baralhamento de conceitos e principalmente à miséria. Eis porque Kruschiov, recebendo há dias, em Moscou, uma delegação de coleosianos e koleozianas, observava: «Em nosso país a mulher toma parte ativa, com seu trabalho, na edificação da nova sociedade. Rapazes e moças trabalham lado a lado nos campos, harmoniosamente, e suas canções são ouvidas onde quer que se vão».

* * *

Entretanto, o sr. Jânio Quadros, mais pessimista que o sr. Corção, fala, num flagrante baralhamento de conceito, da «democracia que se foi procurar em Pistóia»; chora em plena convenção democrata-cristã do Palácio Tiradentes; invocando em vão o santo nome de Deus, pergunta-lhe pretensiosamente por que lhe deu a missão que está desempenhando. Por fim elegiou discretamente o môço Ferrari, candidato a companheiro seu, na candidatura.

* * *

Jânio recorda o cemitério de Pistóia. Nas ações heróicas da FEB só viu a morte... Ferrari, o candidato a candidato a vice, quando môço, entre ítalo-fascistas da região colonial rio-grandense, escreveu, sem extravasar os limites de seus recursos, «E os sinos não dobraram», em resposta ao livro de Hemingway, sôbre os republicanos da Espanha. Ainda menino, exercia a missão antipática de bater uma sineta que não dobrava, no ginásio dos Maristas de Santa Maria, para avisar o fim do recreio. Era alcaguete dos padres.

NOTAS SÔBRE LIVROS

ASTROJILDO PEREIRA

O personagem central do romance de Aragon, que estamos comentando aqui, não é o Rei, não é nenhum príncipe, nenhum conde, nenhum marechal, nenhum grão-senhor, mas um jovem tenente de mosqueteiros a cavalo da Casa do Rei. Chama-se Teodoro Géricault, nome verdadeiro de alguém que existiu na vida real, o pintor Géricault, que se tornaria famoso como pintor de cavalos. Teodoro Géricault nascera em 1791 e estava, portanto, com 24 anos, naqueles dias da semana santa de 1815. Seus colegas de farda o respeitavam justamente por suas exímias qualidades de cavaleiro — o cavalo era a sua paixão.

Logo às primeiras páginas do romance êle aparece em meio à confusão e à expectativa que reinavam no quartel dos mosqueteiros, e atravessa todo o volume, vivendo intensamente as mal-aventuras da fuga ignominiosa, participante e ao mesmo tempo espectador da tragicomédia. Pode-se dizer, também, que Géricault representa e encarna, no desenrolar da narrativa, a «consciência» em processo de formação que constitui a medula do livro e lhe imprime um claro sentido revolucionário.

Outros jovens oficiais — e também alguns civis — aparecem no romance, com prenomes familiares, um Alfredo, um Agostinho, que nada nos dizem de início e que depois descobrimos serem personagens da realidade, homens que o destino levaria a grande altura nas letras e na política: Alfredo de Vigny, Agostinho Tierry. Outro caso dêsses é o de um jovem orador de praça pública, um Sr. de Prat, mais adiante identificado como sendo Afonso de Prat de Lamartine. Estou citando êstes personagens para acentuar o que há de audacioso na maneira pela qual o romancista resolveu o problema da coexistência no romance de pessoas reais e personagens puramente imaginárias — e ainda mais, representando, umas e outras, cenas e episódios inventados pelo autor. Êste saiu-se brilhantemente da prova, pois tudo se entrosa lògicamente e harmoniosamente no conjunto da narrativa, sem quebra de verossimilhança e tampouco sem nenhuma feição de cópia histórica da realidade, ainda quando esta é representada por homens de existência histórica real.

Teodoro Géricault e Agostinho Thierry discutem política e arte — e discutem acaloradamente. O jovem Agostinho, discípulo de Saint-Simon, havia publicado um ensaio sôbre a reorganização da sociedade européia. Teodoro está impaciente, irritadiço, desinteressado dos problemas políticos. Teria que partir aquela noite, como oficial da tropa de segurança da Casa Real em fuga, e o que mais lho interessava era saber se o seu cavalo suportaria a marcha forçada a encetar dentro de algumas horas. Para o diabo a política! Mas Agostinho, se bem que aparentando timidez, não se dá por vencido e leva a conversa para o terreno da arte. Aí o pintor Géricault está no seu elemento próprio — e aí êle se esquece de Napoleão, de Luís XVIII, da confusão reinante em Paris, da fuga iminente, da marcha forçada, de tudo, para só ver, sentir, pensar, falar pintura.

Suas idéias sôbre pintura merecem um comentário à parte, o que faremos da próxima vez.

REGISTRO

São muitas as coletâneas de poemas a registrar, e de algumas voltarei possivelmente a ocupar-me, noutra oportunidade.

Murilo Mendes — **Poesias** (1925-1955). Livraria José Olympio Editôra. Trata-se da reunião num só volume de tôda a obra poética de Murilo Mendes, datada de 1925 a 1955.

Mauro Mota — **Os Epitáfios** (Poesia). Livraria José Olympio Editôra.

Reynaldo Bairão — **O Tempo de Cansaço** (poemas de 1949 a 1957). Livraria Martins Editôra.

Abelardo Romero — **O Alegre Cativo**. Poemas. Editôra Revista Branca.

L. de Paula Lopes — **Pequenos Poemas**. Tip. Baptista de Sousa (Editôres), Rio.

Rolando Roque da Silva — **Roteiro do Filho Pródigo**. Introdução de Mário Donato. Clube de Poesia, São Paulo.

Fernandes Mendes Vianna — **Marinheiro no Tempo e Construção no Caos**. Poesia. Editor Simões.

Stella Leonardos — **Poema da Busca e do Encontro**. Livraria S. José.

David Carlos Meinicke — **Quadras**. Ind. Bel-Gráfica.

Pedro Paulo Gavazzoni Silva — **Madrugada Indecisa**. Gráfica Araribóia, Niterói.

José Maria Cerqueira — **Retirantes do Limbo**. Edição Irmãos Pongetti.

"FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA"

Curso, no ISEB, sôbre neo-tomismo, materialismo dialético e existencialismo

A Associação dos Diplomados do ISEB (ADISEB) está promovendo um curso sobre "Filosofia contemporânea", que abrange: neo-tomismo, materialismo dialético e existencialismo.

O curso foi iniciado no dia 16 último, tendo o padre Wilson Lopes dos Santos pronunciado a primeira conferência sôbre neo-tomismo.

Dia 30 próximo, inicia-se a parte de materialismo dialético, que abrange quatro conferências e está a cargo de Jacob Gorender.

As conferências estão sendo pronunciadas no auditório do ISEB (rua das Palmeiras, 55, Botafogo), às terças e sextas-feiras, às 20.30 horas.

TEATRO

"A TÔRRE DE MARFIM"

Um dia dêsses, ligando o rádio na hora de CENAS E BASTIDORES, programa de teatro criado por Lavínia Soares e Souto de Almeida, ambos em viagem de estudos pelos Estados Unidos, ouvimos uma entrevista de Bárbara Heliodora, que os substitui, com Maria Clara Machado. Não é preciso elogiar Maria Clara, como professôra, diretora e escritora de peças infantis. Todos a conhecem. Mas causou-nos alegria ouvi-la falar de seus planos, de seu desejo de realizar um teatro que vá até o povo, realmente, de seu propósito de ir mais além dos pequenos conflitos pessoais, dos dramas carregados de problemas mais ou menos freudianos, tão ao gôsto de uma pequena-burguesia freqüentadora de teatro. De suas palavras nos lembramos enquanto assistíamos a «TORRE DE MARFIM», encenada pela Cia. Tônia-Celi-Autran, no Teatro Mesbla. A peça é de autoria de Kleber Fernandes, jovem autor de quem já falamos aqui, ao nos referirmos à sua peça infantil «A ONÇA E O BODE». «A TORRE DE MARFIM» mereceu o primeiro prêmio para peça dramática, no concurso instituído pela citada companhia, no ano passado. No mesmo concurso, Kleber ganhou ainda duas menções honrosas. Não sabemos se esta é sua primeira peça dramática e em três atos. Se não é a primeira, será uma das primeiras, pois se trata de autor muito jovem e, portanto, com todos os defeitos próprios dos que se iniciam no gênero dificílimo. Tem qualidades. Ótimas. Mas não escapou ao defeito número um nos que começam. Especialmente se anteriormente se dedicavam a outro gênero literário, detalhe que ignoramos com referência a Kleber. Em suma: peca por um verbalismo desnecessário. Dia virá em que o jovem autor atinja a situação ideal de apresentar o máximo de ação, com um mínimo de palavras. Por enquanto, sentimos que se fôsse feito um corte de todo o supérfluo, deixando o essencial, a peça ficaria reduzida a um ou dois atos. O assunto tratado é escabroso: o homossexualismo. E foi o que nos levou a recordarmos as palavras de Maria Clara. Não é tema de nossa preferência, mas não podemos negar que o problema exista. E mesmo de maneira a preocupar educadores e responsáveis pelos destinos da juventude de hoje. Tratando de assunto tão delicado, o autor o fêz de maneira a deixar bem clara sua intenção de ajudar a resolvê-lo da maneira mais humana. Não visou o escândalo, o êxito fácil. Sente-se que, fiel a seus propósitos de «incentivar ternuras», êle acena para os que se encontrarem aniquilados pela vivência de um drama idêntico, com a possibilidade de recuperação, através da compreensão, a solidariedade, a confiança da capacidade de recuperação do ser humano, quando amparado e estimulado. E amparo, estímulo, coragem e energia é o que oferece ao fraco e vacilante jovem, a companheira amadurecida na luta, na solidão e no sofrimento. Claro que tanto o tema como os personagens se ressentem da inexperiência do autor, faltando-lhes ainda uma certa fôrça, maior consistência. Mas se Kleber Fernandes continuar — e estamos certas de que o fará — ainda nos poderá apresentar grandes coisas.

BEATRIZ BANDEIRA

TEATRO NACIONAL EM NOVO RUMO:

"Êles Não Usam Black-Tie"

(Reportagem de BEATRIZ BANDEIRA)

Os irmãos Dirce e Flávio Migliacio — os adolescentes de «Êles não usam black-tie» — com Lélia no papel de Romana.

Gianfrancesco Guarnieri definiu sua peça como uma tomada de posição. E essa tomada de posição leva-os (ao autor e seus intérpretes) a apontar um caminho novo e o único acertado, ao movimento teatral brasileiro. Queremos e podemos ter um teatro realmente nosso. Que exprima nossa realidade, que exponha nossos problemas, que indique nossas soluções. Dramas, conflitos, assuntos alheios à nossa realidade estão superados e não nos interessam. Êsses jovens intérpretes que amam, brigam, lutam e sofrem, quase misturados com o público, não fazem teatro para exibir vedetismo. Nem para derivar conflitos e fugir aos seus draminhas pessoais e íntimos. Procuram, através da arte dramática — sua forma de expressão — captar e transmitir aos homens os problemas e lutas de outros homens. Aquêles que, em verdade, mais necessitam de solidariedade e de compreensão.

UM LABORATÓRIO DE NOVO TIPO

Procuramos Oduvaldo Viana Filho — o Vianinha — para que nos contasse alguma coisa sôbre as atividades e planos do Teatro de Arena. E entre nós dois se desenrolou o seguinte diálogo:

— Quero agradecer a vocês todos do Teatro de Arena a emoção que me proporcionaram com a peça de Guarnieri — iniciamos. Era interessante de ver-se o grande número de senhoras que, por sua condição social, jamais se preocuparam ou se interessaram por uma greve, chorando e sofrendo com os problemas de uma família proletária.

— Justamente, o alto valor, digamos, didático da peça de G. Guarnieri é êsse: leva o espectador a encarar os problemas sociais sob um ponto de vista justo. O operário grevista deixa de ser um indivíduo que age pelo prazer gratuito de insuflar a luta de classes e prejudicar ao patrão bonzinho, mas uma pessoa humana que luta pela própria sobrevivência e de sua família.

— E que sabe que só existe uma forma de obter uma vida melhor e mais digna para os seus: lutar organizadamente, com seus companheiros de trabalho, integrado em sua classe...

— Exato.

— Vocês atingiram um nível de interpretação muito bom, Vianinha. E surpreendente o amor, a verdadeira paixão com que vivem seus personagens.

— Realmente, essa é nossa maior preocupação: viver, sentir o personagem. Não creio que o tenhamos conseguido ainda. Isso não é fácil e nos impõe um cuidadoso estudo do personagem e suas reações, além da constante preocupação de apresentarmos uma maneira de representar verdadeiramente «nossa», autêntica. Para isso temos o que chamamos o Laboratório de Arte Dramática, que funciona entrosado com o Seminário de Dramaturgia. Êste nos fornece o material a ser testado: cenas das peças de autores novos, cuja montagem já foi aprovada.

— Gostaria que você me contasse alguma coisa sôbre o Seminário e seu funcionamento.

— Bem: para ser membro do Seminário com direito, naturalmente, à discussão, é necessário ter escrito pelo menos uma peça. A freqüência, entretanto, é franca. Atualmente dispomos de onze elementos atuantes. Pretendemos organizar o Seminário aqui e fazê-lo funcionar ao mesmo tempo que o de São Paulo. As cenas, a composição dos tipos, as falas, tudo é testado no Laboratório.

— Com essa iniciativa vocês estimulam e favorecem o aparecimento de novos autores e, conseqüentemente, o surgimento de uma dramaturgia nacional. Não há dúvida, o T. A. marca o início de uma nova fase no movimento teatral brasileiro. Vocês, que compreenderam a verdadeira função social do teatro, precisam atingir um público maior. Gostaria de vê-los representando ao ar livre, ou em locais mais amplos...

— Já temos alguma experiência nesse sentido. No interior de São Paulo realizamos espetáculos em circo e em praças com uma assistência que chegou a 5.000 pessoas em São José do Rio Prêto.

Quais as próximas peças a serem apresentadas aqui? E que planos têm para o futuro?

— Planos temos muitos. As próximas peças serão «Chapetuba F. C.» de minha autoria, e «Gente como a gente» de Roberto Freire. Com essas peças ficaremos no Rio, enquanto tivermos público. Ao mesmo tempo, parte do grupo permanecerá no Teatro de Arena de São Paulo, presentemente levando a peça de Edy Lima «A farsa da espôsa perfeita», dirigida por Augusto Boal. E o Seminário incluiu em seu programa um empreendimento de grande responsabilidade: estamos fazendo a adaptação do livro de Gondin da Fonseca «Que sabe você sôbre petróleo».

— Ótimo. Cada vez mais me convenço de que o Teatro de Arena deveria ser considerado de utilidade pública. E receber uma boa subvenção oficial para prosseguir em sua tarefa, altamente educativa.

O diálogo podia prosseguir. Mas o espaço no jornal é limitado...

Sôbre o espetáculo em exibição no Teatro de Arena, rua Siqueira Campos, 143, falaremos em nossa coluna de Teatro. Quanto à peça «Êles Não Usam Black Tie», assim como «Gimba», de G. Guarnieri, poderão ser lidas na revista da SBAT — Alm. Barroso, 97 - 3.º andar.

V BIENAL - IV

OS EXPRESSIONISTAS ALEMÃES

EVA FERNANDES

A Alemanha Ocidental apresenta, ao lado de uma seleção de sua produção atual, uma exposição especial dedicada ao Expressionismo, ou melhor, a quatro destacados representantes - pioneiros dessa tendência, todos integrantes da famosa "KG Brücke" ("Comunidade Artística 'Ponte' ").

Temos trabalhos de Heckel, Schmitd-Rottluff, Kirchner, Otto Mueller e Nolde. Na realidade, a pequena exposição talvez chegue a decepcionar o visitante, ávido de entrar em contato com obras originais dos famosos expressionistas alemães, tantas vêzes citados pelos críticos e pelas Histórias da Arte. São quadros pequenos, quando comparados com as dimensões da média das telas expostas na Bienal, o que, aliás, também acontece em relação às obras de Van Gogh. E, se não tivermos em mente as condições históricas de sua origem, não lhes poderemos apreciar o valor e o significado.

O movimento artístico que designamos por Expressionismo, como antítese ao Impressionismo, é a grande contribuição alemã ao desenvolvimento da arte moderna, apesar da influência exercida sôbre os expressionistas por Van Gogh, Gauguin, Edvard Munch, inicialmente, e, posteriormente, pelos Fauves. Não deve o Expressionismo ser interpretado como um realce do elemento expressivo na arte, elemento êsse sempre presente na criação artística de todos os tempos. Os Expressionismo, como tendência artística das duas primeiras décadas do século XX procurava em vez de reproduzir os fenômenos exteriores da natureza, a expressão da essência das coisas e do Homem, utilizando-se dos contrastes fortes, dos contornos duros para aumentar os valores emocionais. "A minha meta fôra, sempre, exprimir sentimentos e experiências por formas grandes e simples e côres limpas", dizia Kirchner em 1937. Em sua busca do Verdadeiro e do Primário, procuravam fontes para a sua inspiração longe de tudo que pudesse lembrar o acadêmico, voltavam-se para a arte dos povos primitivos da África e da Polinésia, as xilogravuras góticas, que interpretavam como uma confirmação de sua concepção de arte, e também a arte emocional de um Gruenewald e um Greco, ambos redescobertos pela visão expressionista.

Os expressionistas tinham tendências anti-capitalistas e um dos seus porta-vozes, o poeta Theodor Daeubler, formulou o seu ataque contra o capitalismo da segunda metade do século XIX que chegara a degradar a arte, transformando-a em mercadoria: "Ânsia de lucro, voracidade sem limite na competição são os maiores culpados" e Max Pechstein declarava: "Arte não é brincadeira, mas uma obrigação para com o povo, e uma causa pública".

Os artistas da "Ponte", mais ligados ao mundo objetivo, à realidade do que, por exemplo, os do grupo "Cavaleiro Azul", deixaram, realmente, um legado de obras interessantes, fortes, carregadas de emoção. Todavia, fazendo um balanço do movimento expressionista, chegamos à conclusão que, na realidade, a sua renovação, a sua revolução limitou-se a uma modificação dos meios formais, deixando de lado a renovação do conteúdo da obra. Os expressionistas sofriam as contradições da sociedade, na Alemanha guilhermina e na Alemanha que acabaria nos braços do nazismo, e procuravam opor-se como artistas, procuravam mesmo solucionar, a sua maneira, tais contradições. E nisto reside a tragédia dessa "arte revolucionária". Como idealistas subjetivos lutavam a favor do irracional contra a lógica, em favor do primitivo contra a civilização. Procuravam a ingenuidade do homem primitivo, mas intelectualizavam-se em refinamentos de meios formais.

A teoria e a prática dos expressionistas não constituíam negação da ordem social anti-humanística; resultaram numa revolta híbrida e inconseqüente ou, mesmo, numa fuga. Fuga essa que encontrou sua expressão mais eloqüente no Abstracionismo, cujo pai, Kandinsky, é filho do Expressionismo Alemão.

A exposição especial dos expressionistas serve, pois, de ligação entre o post-impressionismo de Van Gogh e a produção artística contemporânea, tal qual é apresentada pela Bienal, facilitando-nos a compreensão da gênese dessa arte, mostrando-nos as suas raízes estéticas e, inevitavelmente, sociais.

Na verdade, não foram os componentes da "Ponte" os precursores diretos das atuais correntes não-figurativas. Representavam êles a corrente expressionista ligada ao sentido humanístico da arte, ao contrário do grupo "Cavaleiro Azul", de inspiração nietzscheana, a que pertencia Kandinsky. O nazismo veio interromper o desenvolvimento artístico da Alemanha: muitos artistas tiveram de abandonar sua pátria, outros deixaram de trabalhar. Especular a respeito de um possível desenvolvimento da corrente expressionista sob condições mais favoráveis seria ocioso. Todavia, e duplamente lastimável não podermos apreciar, na Bienal, a produção da República Democrática Alemã para podermos comparar a evolução, na Alemanha socialista da mesma herança cultural.

O MUNDO QUE EU VI

A PRAÇA VERMELHA

ENEIDA

No domingo seguinte ao encerramento do Congresso fomos convidados — os escritores estrangeiros — para visitar o túmulo de Lenin.

Escrevi no meu diário: Lenin e Stalin parece que estão dormindo um sono muito calmo. Suas mãos pousadas sôbre o peito parece que vão fazer um gesto, uma saudação; suas bôcas, quem sabe? vão dirnos as boas-vindas. Em tôrno dêles, nos jardins que cercam o monumento, são lembrados, entre flôres, os grandes mortos da Revolução de Outubro. Saudei, comovida, a placa que conta: homenagem aos restos mortais de John Reed, o repórter americano. Jamais esquecerei seu livro mundialmente traduzido «Dez dias que abalaram o mundo».

Há sempre flôres frescas na entrada do túmulo de Lenin e sempre uma multidão em fila para visitá-lo. Pergunto à intérprete:

— No inverno também há flôres frescas?

— Também. Só que elas ficam cobertas de neve.

— E essa gente de onde vem?

— Das outras repúblicas soviéticas, de países socialistas; há também turistas do mundo todo.

Assisto à mudança da guarda do túmulo. Perfilados, eretos, enluvados e de farda irrepreensível, dois soldados guardam o túmulo. São tão impassíveis que, olhando-os de certa distância, parecem estátuas. Um toque inesperado de corneta soa de quatro em quatro horas. O ritual da mudança da guarda se processa como num espetáculo.

Quando, na manhã seguinte à minha chegada, atravessei a Praça Vermelha em direção à grande sala do Kremlim, onde se realizou o Congresso de Escritores, dezoito garotinhos recebiam o lenço vermelho de pioneiros e prestavam o juramento.

O que prometem? Estudar muito, serem cultural e fisicamente fortes na defesa do socialismo, da URSS.

A Praça Vermelha é o coração de Moscou. Ali se desenrolaram grandes e definitivos movimentos. Foi ali que, em 1917, travou-se a luta armada dos operários moscovitas pelos Sovietes. E' ali que hoje se realizam as grandes manifestações populares. Se a Praça Vermelha é o coração de Moscou, o mausoléu de Lenin é o coração da URSS.

Encontrando-a pela primeira vez, uma grande emoção se apoderou de mim. Afinal, me fôra dado o direito de ver aquilo que tanto conhecia e tanto amava.

Jamais esquecerei os dezoito pequeninos pioneiros.

A pretexto de cumprir acôrdo salarial

LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS TRAMAM NOVO ASSALTO À BOLSA POPULAR

OS TRABALHADORES NÃO CONCORDAM COM A MANOBRA E EXIGEM O PAGAMENTO DO AUMENTO

Um novo golpe vem sendo tramado abertamente contra a economia popular. Trata-se, agora, da elevação dos preços dos medicamentos. Os grandes laboratórios de produtos farmacêuticos (entre os quais o Park Davis Interamerican Corp; o The Sidney Ross Co., fabricante de "melhoral") afirmam que só pagarão o aumento salarial de seus empregados depois que forem reajustados os preços dos medicamentos.

Os trabalhadores em produtos químicos e farmacêuticos do Distrito Federal, através do acôrdo firmado com os representantes patronais em julho último, conquistaram um aumento salarial de 20%, com um mínimo de 2 200 cruzeiros, a vigorar desde 1 de agôsto de 1959. Já na época o aumento era considerado insuficiente pelos operários, que se mostravam dispostos a ir à greve, em defesa de um mínimo de 35%. A proposta conciliatória, entretanto, acabou sendo aceita por ambas as partes.

Agora, sob a alegação de que os preços dos produtos não foram aumentados, cêrca de 90% dos laboratórios se negam a cumprir o acôrdo que viria beneficiar mais de 10 mil trabalhadores.

O mais grave de tudo isso, segundo denuncia o sr. Floriano Maciel, presidente em exercício do Sindicato dos Trabalhadores em Produtos Químicos e Farmacêuticos, é que muitos laboratórios já se encontravam com as fôlhas de pagamento atualizadas, prontos para efetuar o aumento dos salários, quando receberam instruções do sr. Ataliba de Castro Júnior, presidente do Sindicato Patronal, para que suspendessem a efetuação da melhoria salarial, até que fôsse conseguida a autorização para elevarem os preços dos produtos.

A denúncia dos líderes sindicais, que afirmam, sobretudo, estarem os laboratórios em condições de efetuar o cumprimento do acôrdo salarial, sem nenhum aumento de preços, é plenamente confirmada pelas firmas Silva Araujo Roussel, Francisco Giffoni, S. S. Dental e Sarsa, que já estão pagando os novos salários aos seus empregados, sem que para tanto tenham elevado os preços dos seus produtos.

A manobra é clara. Os laboratórios, que gastam somas fabulosas em programas publicitários de rádio e televisão, pretendem se valer da reivindicação dos trabalhadores para multiplicar os seus grandes lucros.

Os trabalhadores, encontrando-se em situação verdadeiramente desesperadora, não escondem o seu propósito de optar pela greve, a fim de obrigar os patrões a cumprirem o acôrdo firmado em julho último. Essa questão será decidida na assembléia programada para esta sexta-feira, dia 23, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Têxteis, onde os empregados em produtos químicos resolverão se desencadeiam a greve, ou se requerem o dissídio coletivo. Sabe-se, entretanto, que a tendência da maioria é para a decretação da greve. A maioria dos dirigentes sindicais da corporação vem se manifestando pela concessão de um prazo de 10 dias, a partir do dia 23 do corrente, para que os patrões cumpram o acôrdo. Findo êsse prazo, se o aumento não fôr concedido, a greve será deflagrada.

DEFENDE TEU DIREITO

B. CALHEIROS BOMFIM

Correspondência para Rua São José, 50

Embriaguês

Segundo lei (Consolidação, art. 482, letra f), a embriaguês habitual ou em serviço constitui justa causa para a dispensa do empregado. O ato de beber, quando fora do emprêgo, por si só, não justifica a rescisão do contrato de trabalho. Todavia, alguns Juízes têm entendido que, se em conseqüência do abuso do álcool, o empregado falta repetidas vêzes ao serviço ou a êste se apresenta de tal forma debilitado que se torna incapaz de produzir normalmente, pode êle ser punido com a dispensa. Argumentam os partidários dessa corrente que não trata de examinar os atos da vida privada do trabalhador, com os quais nada tem a ver a empregadora, mas da repercussão dos mesmos no contrato de trabalho. E a simples embriaguês em serviço, sem que seja habitual, pode se constituir em causa de demissão do empregado? A princípio, os Tribunais, em sua maioria, exigiam que, para tanto, a embriaguês fôsse reiterada, mas hoje domina a jurisprudência contrária, isto é, no sentido de que o empregado que é encontrado alcoolizado em serviço, seja êle reincidente ou não, dá motivo para ser despedido.

Empreiteiro

As questões resultantes de contratos de empreitadas, em que o empreiteiro seja operário ou artífice, podem ser apreciadas e julgadas na Justiça do Trabalho, à qual a lei confere competência para êsse fim. Destarte, grande, empreiteiro, o chamado empreiteiro-patrão, aquêle que executa obras de vulto, assalariando operários, não se pode valer do amparo da legislação trabalhista. Esta só protege o pequeno empreiteiro, entendido como tal aquêle que, pela modéstia de sua atividade, usando quase sempre exclusivamente seu esfôrço pessoal, não passa, na realidade, de um operário. Já nos contratos de subempreitada, reza a lei, o subempreiteiro responderá pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, entretanto, aos empregados o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo não cumprimento das obrigações por parte do subempreiteiro. Assim, no caso de não ter êste meios para satisfazer às indenizações dos trabalhadores, podem estas reparações ser cobradas diretamente ao dono da obra.

Equiparação

Para trabalho igual, a lei manda pagar salário igual. A Constituição proíbe, ainda, a diferença de salário por motivo de sexo, idade ou estado civil. Essa regulamentação dêsse princípio, que se denomina isonomia salarial, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece várias exigências que, na verdade, restringem a amplitude da norma. Tais restrições são ainda maiores, quando se trata de interpretar e aplicar, na Justiça, os dispositivos legais que regem a matéria. E' o que iremos explicar em nossos próximos comentários.

A BATALHA DOS SALÁRIOS

MARÍTIMOS PREPARAM A GREVE DO DIA 11

Enquanto as autoridades competentes não se decidem a atender as reivindicações apresentadas pela Federação Nacional dos Marítimos, os trabalhadores do mar continuam articulando o movimento grevista programado para o próximo dia 11 de novembro. A greve será deflagrada se até aquela data não tiverem sido atendidas as pretensões da combativa corporação, principalmente as que se referem à incorporação do abono de 30 por cento aos seus salários; a extensão dos quinquênios aos trabalhadores das emprêsas particulares; o pagamento do salário-família; o reajustamento das etapas; e a continuação do regime de equiparação salarial entre os marítimos das emprêsas autárquicas e particulares.

MINISTROS DISCUTEM

O temário de reivindicações dos marítimos vem sendo apreciado há mais de um mês pelos ministros do Trabalho, Fazenda e Viação; e pelo almirante Sílvio Mota, presidente da Comissão de Marinha Mercante. Sabe-se que essas autoridades, através de contatos com os líderes marítimos, têm se mostrado favoráveis ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores. A verdade, entretanto, é que até agora nenhuma comunicação oficial foi feita à Federação Nacional dos Marítimos. Em virtude disso, a greve continua sendo preparada, estando em processo de organização, em todo o país, as comissões de finança, propaganda e os piquetes de paralisação, destinados a assegurar o êxito do movimento.

Aeronáutas Mobilizados Adiaram a Greve

Os trabalhadores do ar, que desde a semana passada se encontram preparados para dar início à greve reclamando uma melhoria salarial, resolveram, em sua última assembléia, aguardar o julgamento do processo de dissídio coletivo que se encontra no Tribunal Superior do Trabalho. O presidente do TST prometeu julgar o referido processo até o próximo dia 28. Os aeronáutas esperam que seja confirmada a proposta de um aumento de 40 por cento que anteriormente já havia sido feita pelo presidente do TST. O Ministro do Trabalho, por outro lado, prometeu atender a velha aspiração do aeronáuta, que é a regularização da sua profissão. Se bem que essa não seja a primeira promessa, tudo indica que os trabalhadores do ar marcham para a conquista de uma dupla vitória: o aumento do salário e a regulamentação da profissão.

Vitoriosos os ferroviários da Leopoldina

Os ferroviários da Leopoldina lotados nos municípios fluminenses de Campos e Macaé voltaram ao trabalho na manhã do dia 16, após a realização vitoriosa de uma greve que durou 3 dias. A paralização do trabalho foi motivada pelo fato de se encontrar em atraso o pagamento dos salários dos trabalhadores. Uma nova greve poderá ocorrer, ao longo de tôda a estrada, se a Rêde Ferroviária Federal não providenciar em tempo o recolhimento aos cofres da Leopoldina da subvenção destinada ao pagamento do salário do pessoal nos próximos meses.

PADEIROS ATENDERAM PEDIDO DO TRIBUNAL

Os padeiros cariocas, que estavam com uma greve programada para quarta-feira passada, resolveram adiar a eclosão do movimento, tendo em vista o apêlo feito pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho. O presidente do TRT, juiz Celso Laun, garantiu ao sr. Inaldo Rocha, líder dos padeiros, que o julgamento final do dissídio não irá além do dia 5 de novembro. Diante disso, foi deliberado o adiamento da greve. Os trabalhadores esperam que o TRT lhes assegure um aumento de 28,4% que corresponde, segundo as estatísticas do SEPT, à elevação do custo da vida durante o período de janeiro a setembro do corrente ano.

50% PARA OS RADIALISTAS

Os trabalhadores nas emprêsas de radiodifusão do Rio de Janeiro continuam empenhados na luta pela conquista de uma melhoria salarial. Os entendimentos entre empregados e empregadores prosseguem, estando aprovado, em princípio, a assinatura de um acôrdo pelo qual os radialistas terão um aumento de 50% sôbre os salários resultantes do último dissídio, com um mínimo de 1.500 cruzeiros e um máximo de 5 mil.

Empossada a Nova Diretoria Da Federação Dos Jornalistas

A solenidade de posse da nova diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas na última sexta-feira, nesta capital, constituiu uma autêntica manifestação de unidade dos jornalistas em tôrno do seu órgão máximo de representação. O ato foi presidido pelo representante do vice-presidente da República e contou com a presença do sr. Herbert Moses, presidente da ABI; Luis Guimarães, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro; os presidentes dos Sindicatos dos Jornalistas de Belo Horizonte, Juiz de Fora e de outras regiões; representantes da CNTI e de inúmeras outras entidades sindicais sediadas no Distrito Federal. Parlamentares e profissionais da imprensa confraternizaram com a Diretoria eleita. O sr. Marcelo Coimbra Tavares, presidente da entidade, agradecendo as manifestações de solidariedade, fêz um apêlo à unidade dos profissionais de imprensa, conclamando-os à luta comum em defesa do seu programa de reivindicações. Foi entregue ao deputado Aarão Steinbruch o anteprojeto de lei, aprovado no VIII Congresso de Fortaleza, que regulamenta a profissão de jornalista.

O DIREITO DE GREVE E A RESPONSABILIDADE DOS LEGISLADORES

ROBERTO MORENA

Na reunião sindical promovida pelo Conselho Regional Consultivo da CNTI, realizada no Sindicato dos Bancários no dia 13 do mês corrente, reafirmou-se, unânimemente, o apoio ao projeto de lei na Câmara dos Deputados que completa o artigo 158 da Constituição: "É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará". Sustentou-se ainda a emenda aprovada na 1ª Conferência Sindical Nacional, efetuada nos dias 29 e 30 de março de 1958, ao artigo 3.º dêsse projeto de lei, que ora tramita no Senado Federal.

O artigo 3.º em questão é o seguinte: "Cabe ao Sindicato, ao grupo profissional inorganizado ou aos empregados de uma emprêsa decidir, em Assembléia dos interessados, da conveniência da greve". Na 1ª Conferência Sindical Nacional, tendo em conta a necessidade de preservar a unidade, condição indispensável para a vitória do movimento grevista e prestigiar as entidades sindicais, como órgãos de defesa e de aglutinação da classe trabalhadora, decidiu-se enviar aos senadores uma emenda a êsse artigo 3.º: "Cabe à categoria profissional, aos trabalhadores de uma emprêsa, de um de seus estabelecimentos ou de qualquer de suas seções, em assembléia dos interessados, promovida obrigatoriamente pelo seu Sindicato, decidir da conveniência da greve". Parágrafo 1.º: "Na falta do Sindicato a assembléia será promovida, no mais curto prazo, pela Federação a que se vincularia aquêle e, na inexistência desta, pela correspondente Confederação". Parágrafo 2.º: "Quando se tratar de categoria profissional não organizada em Sindicato ou não representada por entidade sindical de grau superior, a assembléia será promovida pelos próprios interessados".

Não procede, pois, a campanha feita por alguns senadores — que, como empregadores, ocupam a tribuna do Senado para defender apenas seus interêsses — e pelas poderosas e ricas entidades patronais, procurando fazer crer que o projeto de lei da Câmara dos Deputados é subversivo e visa estabelecer o caos e a anarquia. A emenda oferecida pelos trabalhadores, em sua memorável Conferência, corrige uma possibilidade de haver movimento grevista sem a direção e deliberação das entidades sindicais. Mas, os empregadores reacionários e suas organizações valem-se de legisladores a seu serviço para tentar anular o direito de greve e dar uma roupagem nova "legal" ao 9.070. Outro não é o intuito do malsinado substitutivo do senador Jefferson de Aguiar, elaborado com requinte reacionário, entre empregadores e membros do chamado Conselho de Segurança Nacional, órgão que está criando e fomentando crises e um mal-estar nacional. Tal substitutivo constitui um acinte, um desafio aos trabalhadores e ao seu movimento sindical e, sobretudo, ao sentimento democrático de tôda a nação brasileira.

A experiência tentada pelos dirigentes sindicais da CNTI, oferecendo subsídios para um reexame da matéria, que tomou forma no trabalho do senador Attílio Vivacqua, não surtiu nenhum efeito. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal manteve, intransigentemente, o propósito de anular o conteúdo do artigo 158 da Constituição.

Cabe aos trabalhadores lançar seu protesto e renovar de vigilância. Se o Senado Federal mutilar o direito de greve, se a pressão nacional dos trabalhadores não conseguir demover os senadores de suas tendências antigreve, é necessário organizar desde já um poderoso movimento nacional para derrubar essas emendas ou substitutivo do Senado na Câmara dos Deputados, aonde voltará o projeto, e restabelecer o seu texto anterior. Nesse sentido, o esfôrço dos trabalhadores é para conseguir que o Senado Federal aprove o projeto de lei da Câmara dos Deputados com a emenda da 1ª Conferência Sindical Nacional.

Caberá a culpa e a responsabilidade aos senadores, em primeiro lugar, pela violação do texto constitucional. Os trabalhadores não abdicarão de um direito conquistado e já consagrado e nem se deixarão explorar impunemente. Essa época já passou. Que reflitam os legisladores, que foram eleitos pelo povo para servi-lo e não para combatê-lo.

SINDICATO DOS MARINHEIROS COMEMORA 55 ANOS DE LUTAS

Dia 23 do corrente o Sindicato Nacional dos Contramestres, Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos, comemora festivamente 55 anos de existência. É um dos mais antigos sindicatos de trabalhadores do Brasil. É um forte esteio da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais.

O Sindicato dos Marinheiros sempre estêve em luta pelos interêsses da corporação que representa e nunca deixou de prestar sua solidariedade a tôdas as reivindicações dos trabalhadores. Em 1908, auxiliou os grevistas da antiga Great Western de Pernambuco; participou dos grandes movimentos grevistas de 1917 a 1919. Lutou pela aprovação da lei de 8 horas, na lei de acidentes do trabalho e contribuiu seriamente para a organização do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Comemorando a data, a Diretoria do Sindicato faz realizar uma solenidade na sua sede social, dia 23, às 13,30 horas, inaugurando uma galeria de retratos de associados lutadores, entrega de diplomas aos sócios remidos e aposentados e discursos alusivos à vida do sindicato. A sede da entidade é na Rua Camerino 128, 10.º andar.

Borracha Sintética

PETROBRÁS ASSINOU CONTRATO ENTREGUISTA

GOODYEAR E FIRESTONE INCUMBIDAS DE CONSTRUIR A FÁBRICA DE DUQUE DE CAXIAS — PETROBRÁS CONTRA O MONOPÓLIO ESTATAL, ABRE AS PORTAS AOS DOIS TRUSTES — SUJEITA-SE A PETROBRÁS AO CONTRÔLE ESTRANGEIRO — GOLPE NA LEI 1.184 — PIORARÁ A QUALIDADE DOS ARTEFATOS DE BORRACHA PRODUZIDOS NO BRASIL? — ALTERNATIVA: OU MANUTENÇÃO DO MONOPÓLIO DO BCA, OU RUINA DA PRODUÇÃO AMAZÔNICA DE BORRACHA.

No problema da produção de borracha no Brasil, um novo capítulo será aberto com a produção da borracha sintética. Pelas diversas e importantes implicações que apresenta, o problema está atraindo a atenção de diversos setores ligados à indústria extrativa, de transformação, bem como ao comércio da borracha. Além dos reflexos sôbre a Petrobrás — que ganhou a concorrência, no Conselho Nacional do Petróleo para instalação de uma fábrica, —, há ainda aspectos relacionados ao monopólio estatal das operações de compra e venda da borracha no Brasil, à percentagem do produto sintético nos artefatos de borracha e à economia da Amazônia, que continua sendo o grande celeiro de borracha natural do país.

GOODYEAR E FIRESTONE EM AÇÃO

Infelizmente, não se sabe se a Petrobrás abriu concorrência para a construção da fábrica de borracha sintética adjunta à refinaria de Duque de Caxias. Como também não se sabe — mas se estranha — por que coisas tão sérias, relacionadas com uma emprêsa que é a menina dos olhos do povo brasileiro, sejam mantidas secretas. Por quê? A divulgação da íntegra dêsse contrato é uma exigência da consciência nacionalista.

O fato é que a 24 de abril do corrente ano foi assinado um contrato entre a Petrobrás e os poderosos trustes norte-americanos Goodyear e Firestone, pelo qual êstes últimos se obrigam a construir uma fábrica de borracha sintética para a emprêsa brasileira.

O contrato prevê duas etapas: a primeira, de 18 meses, a contar da data da assinatura até a conclusão da fábrica e a sua aceitação pela Petrobrás (o que deverá ocorrer em outubro de 1960, dentro de um ano, portanto). A segunda etapa estender-se-á por prazo calculado em seis anos, isto é, até que a fábrica tenha produzido 240 mil toneladas, a uma média anual de 40 mil toneladas. Depois de atingida essa meta, porém, o contrato continuará válido nas partes cabíveis, mediante prorrogações por período até um ano, a menos que qualquer das partes, mediante aviso prévio de 60 dias, manifeste desistência.

Tais condições contratuais significam, pois, que durante sete anos e meio (até outubro de 1966) a fábrica estará virtualmente sob contrôle das duas emprêsas norte-americanas, ainda que operada pela Petrobrás.

TRUSTES COM AS MÃOS LIVRES

E', porém, nas cláusulas referentes ao licenciamento da produção que o contrato encerra seus aspectos mais graves para a economia nacional e particularmente para a Petrobrás. Segundo tais cláusulas, a Petrobrás não poderá conceder a terceiros (exceto com licença das duas companhias) permissão para fabricar borracha sintética, o que, aparentemente, significaria que a Petrobrás manteria o monopólio também nesse setor. Entretanto, bem outra é a realidade, pois estipula o contrato que as companhias reservam-se o direito não exclusivo de fabricar, usar e vender borracha sintética no Brasil, sob quaisquer processos ou patentes licenciadas por meio do contrato.

Dessa maneira, a Firestone e a Goodyear reservam-se o direito de construir fábricas que concorrerão com a Petrobrás. Que garantia pode existir para a emprêsa brasileira de que os dois trustes americanos não reservem para suas próprias fábricas os métodos e tecnologia mais modernos, que os coloquem em posição de superioridade na concorrência com a Petrobrás?

E não é só. Desde que as duas emprêsas americanas participem também da produção da borracha, em que situação ficará a indústria nacional de artefatos, essas centenas de pequenas fábricas que a simples liquidação do monopólio estatal para as importações está ameaçando de fechamento iminente? Não é evidente que, em tal caso, os trustes americanos apressarão o processo de ruína das fábricas nacionais, ganhando novas posições no mercado interno?

A QUESTÃO DAS PATENTES

E' espantoso verificar-se como um brasileiro concorda como o coronel Sardenberg, concordou, em assinar um contrato onde figura uma cláusula dêsse tipo: o que a Petrobrás vier a descobrir no campo da borracha sintética, estará à disposição das companhias, SEM ROYALTIES, para os Estados Unidos e o Canadá, podendo elas (a Firestone e a Goodyear), inclusive, registrar as patentes, mesmo que a Petrobrás não deseje fazê-lo. Assim, se os químicos e técnicos brasileiros, pesquisando na fábrica da Petrobrás, vierem a fazer qualquer descoberta, obrigatòriamente os dois trustes americanos deverão ter conhecimento dela e poderão registrar como sendo sua própria descoberta... E isso, gratuitamente sem o pagamento de royalties pelos trustes à Petrobrás.

SEM RECIPROCIDADE

Se a Petrobrás se obriga a entregar de graça aos trustes quaisquer descobertas próprias, os trustes, por seu lado, cobram e não cobram pouco pela autorização dada à Petrobrás para utilizar seus métodos de fabricação de borracha sintética. Prevê o contrato que a Petrobrás pagará de royalties à Firestone e à Goodyear para produzir 240 mil toneladas, cêrca de um milhão de dólares.

O contrato, aliás, está cheio dêsse espírito de falta de reciprocidade. Na questão dos técnicos, por exemplo: os americanos receberão os salários em dólares, com viagem de ida e volta, inclusive para pessoas da família, tudo pago pela Petrobrás. Todavia, se a Petrobrás quiser enviar técnicos para estagiar nas fábricas das duas emprêsas, nos Estados Unidos, fará tudo por sua conta e responsabilidade e ainda assim em número limitado, e só depois de acôrdo mútuo com os dois trustes. Ora, convenhamos que no mundo de hoje cláusulas leoninas e colonialistas como estas já são francamente anacrônicas; compare-se, por exemplo, o procedimento dos países socialistas, totalmente diferente.

CONTRÔLE SÔBRE A PRODUÇÃO

Outra exigência contratual que suscita justa indignação é a que sujeita a Petrobrás a prestar contas à Firestone e à Goodyear, cada trimestre e também anualmente da produção de borracha.

As despesas com a construção da fábrica previstas no contrato elevam-se a cêrca de seis milhões de dólares.

VIOLAÇÃO À LEI 1.184

Os têrmos do contrato assinado pela Petrobrás com a Firestone e a Goodyear implicam também numa violação frontal da Lei 1.184, de agôsto de 1950, que atribui ao Govêrno Federal, através do Banco de Crédito da Amazônia, a exclusividade das operações finais de compra e venda da borracha, inclusive sintética. Como é sabido, por pressão dos entreguistas do govêrno, à época do sr. Lucas Lopes, foi ilegalmente suspenso o monopólio estatal para as importações de borracha, de modo que, efetivado o presente contrato, a lei 1.184 acabaria de ser reduzida a um farrapo de papel. Significaria, certamente, a falência do Banco de Crédito da Amazônia e um novo golpe contra a economia da borracha no extremo norte.

A solução correta, no caso, é o manutenção do monopólio da produção pela Perobrás, com a consequente suspensão da cláusula que autoriza os dois trustes a fabricar, e ao mesmo tempo a manutenção do monopólio estatal das operações finais de compra e venda Banco da Amazônia.

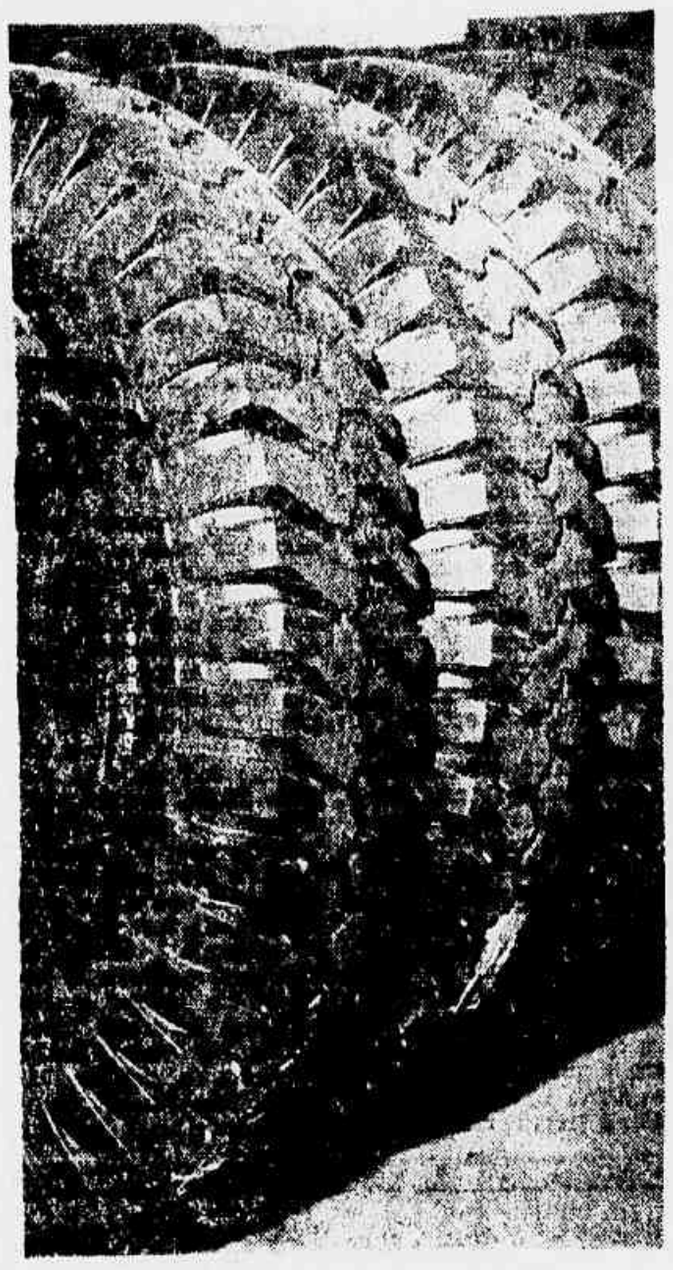
A QUESTÃO DA PORCENTAGEM

Outro problema da maior importância é o que se refere à porcentagem de borracha sintética na elaboração dos artefatos. A maior ou menor quantidade de borracha sintética que deve ser juntada à borracha natural para a produção de pneumáticos, câmaras de ar, e artefatos, em geral, depende de dois fatôres principais: a qualidade do equipamento utilizado na fabricação dos artefatos e o grau de resistência ao desgaste exigido da peça. Tal percentagem varia muito: nos Estados Unidos, a composição de um artefato chega a ser de 70 a 80 por cento de borracha sintética e 20 a 30 por cento de borracha natural. Muitos técnicos afirmam que tais artefatos oferecem reduzida resistência ao desgaste, são de qualidades inferiores e explicam que essa alta percentagem, nos Estados Unidos, decorre da escassez de borracha natural. Entre nós, verifica-se o inverso: a borracha natural entra com 70 a 80 por cento e os artefatos são, por isso, de maior durabilidade.

Ora, a fábrica da Petrobrás é projetada para 40 mil toneladas por ano (já deverá funcionar a partir de outubro próximo). Se as indústrias nacionais não renovarem imediatamente seu equipamento, terão que continuar mantendo os 30 por cento de borracha sintética. Nesse caso, para utilizar tôda a produção da Petrobrás, o consumo anual de borracha no Brasil teria que ser elevado para cêrca de 120 mil toneladas (40 mil de borracha sintética e 80 mil de natural, de acôrdo com as percentagens). Ora, por maior que seja o incremento do consumo previsto, somente dentro de uns cinco ou seis anos atingirá aquela cifra. E até lá, que fazer com o excesso da produção de borracha sintética? Exportar? Elevar a percentagem do seu emprêgo, piorando a qualidade dos artefatos? Todo êste raciocínio parte da suposição de que sòmente a Petrobrás fabricará, se os trustes também o fizerem, a situação será ainda mais grave.

PREÇO DA BORRACHA SINTÉTICA

Estimativas feitas hoje indicam que o produto fabricado pela Petrobrás custará, no início da produção, menos de 50 cruzeiros o quilo. Para que se compreenda o que isto significa, recordaremos que o Banco da Amazônia está pagando, atualmente aos produtores do extremo norte de 70 a 80 cruzeiros o quilo da borracha bruta que, depois de lavada, é revendida pelo Banco à indústria a 140 e 142 cruzeiros. E' evidente que se fôr destruído o monopólio estatal das operações de compra e venda, a borracha sintética exercerá sôbre a produção amazônica uma desastrosa pressão recíproca, se não levá-la a uma paralisação completa. Pelo contrário, se o monopólio fôr mantido, o Banco da Amazônia terá a possibilidade de reduzir os preços atuais dos fornecimentos à indústria e, ainda assim, graças ao baixo custo da borracha sintética, elevar os financiamentos à Amazônia, bem como pensar nos projetos da racionalização da heveacultura, que são o único meio de solucionar bàsicamente o problema da produção de borracha natural do brasil.



Para muitos técnicos, os pneumáticos americanos são inferiores aos nacionais, devido à alta percentagem de borracha sintética. O Brasil tem excelentes condições para produzir borracha natural. Por que, então, imitar os americanos, fabricando artefatos de qualidade inferior?

«Sugestões para a Reforma Agrária»

O problema da reforma agrária interessa hoje aos mais diversos setores da população do país. O jornalista sul-rio-grandense Angelo P. Irdegut está anunciando a próxima publicação de um trabalho de sua autoria — "Sugestões para a Reforma Agrária".

Irdegut, que tem outros trabalhos publicados relacionados com a questão da terra, conhece de perto as condições da propriedade rural do Rio Grande do Sul, bem como as lutas dos trabalhadores do campo por uma mudança nas relações agrárias.

NOTA ECONÔMICA

GOVÊRNO IMPEDE AUMENTO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

A contradição entre a política entreguista do Conselho Nacional do Petróleo e a necessidade de expansão da Petrobrás aguçou-se de tal forma, nos últimos meses, que ela forçosamente se tornará, a curto prazo, num problema central da vida política do país. A Petrobrás, para continuar desenvolvendo sua produção de óleo na Bahia, precisa de uma autorização do Conselho para que seja centralizada por ela tôda a importação de petróleo e derivados, mas o CNP se nega a dar-lhe essa autorização.

A questão surge do fato de que o óleo baiano, por uma característica especial — alto ponto de fluidez — é dificilmente aproveitável, pelo menos durante os próximos anos, pelas refinarias e pelo consumidor nacionais. Embora seja um tipo de petróleo vantajosamente cotado no mercado internacional, seu aproveitamento é prejudicado pelo nosso clima, e pela falta de instalações adequadas. Sua produção, portanto, é condicionada pela possibilidade que tenha a Petrobrás de exportá-lo. Dado o sistema cartelizado que caracteriza o mercado internacional do petróleo, a Petrobrás só poderá vender o seu petróleo às grandes emprêsas monopolistas que dominam êsse mercado, e se dispuser de um grande poder de barganha.

O poder de barganha que a Petrobrás pode ter, no caso, vem do fato de que também ela é grande compradora, no mercado internacional. Podendo escolher e impôr condições aos seus fornecedores, a Petrobrás pode incluir entre estas condições a da aquisição de determinadas quantidades de óleo da Bahia. Assim, tanto maior serão as exportações da Petrobrás quanto maior fôr a sua capacidade de importar.

Compreende-se, desta forma, porque a possibilidade de expandir a produção de óleo na Bahia depende diretamente de uma autorização do CNP à Petrobrás, para que esta centralize tôda importação de petróleo e derivados. E' praticamente impossível à Petrobrás exportar petróleo numa relação mais favorável do que um barril vendido por cada barril importado por ela. Essa parece ter sido a relação em vigor, durante a administração do Cel. Janary Nunes. Informações correntes e nunca desmentidas, entretanto, indicam que o Cel. Sardenberg assinou contratos com os grandes consórcios internacionais numa relação muito mais desfavorável e, mesmo, humilhante para o nosso País, obrigando-se a comprar três barris por cada barril vendido.

Já se vê porque, continuando limitada a importar petróleo apenas para a sua refinaria de Cubatão (90 mil barris diários), a Petrobrás será obrigada não apenas a conter, mas a diminuir a sua produção de óleo na Bahia. Esta produção, segundo declarações do Cel. Sardenberg, pode atingir ainda êste ano a cifra de 100 mil barris dia.

A refinaria de Mataripe consome apenas 10% dessa produção. Outros 10% se destinam a Cubatão e Capuava. Restariam, portanto, 80 mil barris dia para a exportação. Dentro da relação aceita pelo Cel. Sardenberg, essa quantidade de óleo apenas poderia ser exportada se a Petrobrás coubesse a importação de 240 mil barris dia, o que representa, aproximadamente, todo o consumo atual do País.

Esta situação está claramente exposta no memorial que a Direção da Petrobrás dirigiu ao CNP, reclamando a autorização para a unificação das importações, em 6 de agôsto de 58. Se essa unificação, concluía o memorial, «permitirá **à Petrobrás colocar, em têrmos econômicos, tôda a produção esperada do Recôncavo Baiano, tornando possível alcançar, senão ultrapassar, a meta que lhe foi fixada pelo Govêrno da República».**

Mas não é esta apenas a vantagem, para o País, da unificação pretendida pela Petrobrás. Neste mesmo memorial dirigido pela emprêsa ao CNP, publicado no «Diário do Congresso» do dia 20-6-59, os técnicos da Petrobrás calculam que a unificação, se posta em vigor nos anos de 59 e 60, permitiria ao País uma economia de 288 milhões de dólares (166 milhões em 59 e 122 em 60), pois este é o valor que eles calculam para o superfaturamento das importações atualmente entregues às emprêsas refinadoras e distribuidoras particulares. Segundo os bem documentados técnicos da Petrobrás, portanto, dos 220 milhões de dólares, que é o total previsto para as importações de petróleo e derivados das refinarias e distribuidoras particulares em 59, apenas 54 milhões correspondem ao preço real da mercadoria no mercado internacional; os restantes 166 milhões são produto do superfaturamento, que as emprêsas fazem para remessas ilegais de lucros. Se essa importação fosse entregue à Petrobrás, estaria sendo evitado um rombo de 14% do total da receita obtida com as exportações brasileiras (1.206 milhões de dólares em 58).

Há outras vantagens evidentes para a unificação das importações de petróleo pela Petrobrás, que o CNP nega. O mesmo memorial da Petrobrás assinala que a unificação permitirá «selecionar as áreas fornecedoras e, consequentemente, as moedas de pagamento, segundo os melhores interêsses nacionais», ou seja, permitirá a importação de petróleo soviético, pois está claro que a Esso e a Shell não têm o mínimo interêsse nessa providência.

Mas, o fundamental é que a negativa do CNP está atuando como uma camisa de fôrça imposta à Petrobrás. A atual Direção desta emprêsa, por mais omissa e mais conciliadora seja ela, dificilmente poderá aceitar a derrota dos planos de produção na Bahia.

R. A.

Afirma o Presidente da República:

"As Águas Do Govêrno No Nordeste Pertencem a Todos Os Brasileiros"

Com a nova política anunciada pelo Govêrno, o Açude do Cedro permitirá aos camponeses utilizarem-se de tôda a sua capacidade de irrigação, que é para 1.000 ha. e impedirá que o fruto da obra do Govêrno e dos camponeses vá beneficiar apenas aos latifundiários.

Ao vetar, na semana passada, um projeto Lei aprovado pelo Congresso estabelecendo normas para colonização de terras no Polígono das Sêcas, o Presidente da República reafirmou, na justificativa ao veto, conceitos justos sôbre a utilização das terras irrigáveis do Nordeste.

A razão principal do veto, declarada pelo Govêrno, é a de que o projeto em questão estabelecia critérios para o aproveitamento das bacias dos açudes públicos construídos pelo DNOCS, matéria que é regulada por um projeto que o próprio Govêrno enviou recentemente ao Congresso, em Mensagem Presidencial, que tomou, na Câmara dos Deputados, o n. 882-59.

O projeto vetado, afirma o Govêrno, o foi porque «não obstante os elevados propósitos que nortearam a sua apresentação, possibilita a sôbre-existência de individualismos contrários à orientação do Govêrno na matéria, que é a «de dar a mais ampla destinação social à utilização das áreas irrigáveis do Nordeste. Com êste propósito, considerou o Govêrno que, incumbindo-se de todos os ônus para tornar efetivo o uso das águas, cabe-lhe o direito de orientar em favor do interêsse público a exploração agrícola nas áreas irrigadas.»

Diz ainda o veto Presidencial que «as águas do Govêrno a serem usadas no Nordeste para aumentar a produtividade da terra pertencem originàriamente a todos os brasileiros, e em função do fortalecimento social da sua economia devem ser empregadas.»

A nota governamental esclareceu também os pontos principais da política baseada naquele princípio social, incluídos no projeto de sua autoria, enviado ao Congresso:

«a) divisão das terras irrigáveis, mediante desapropriação socialmente justa, em lotes não excedentes de 15 ha. irrigáveis, que poderão ser completados por faixa sêca.

b) indivisibilidade do lote, de modo a ficar assegurada a sua exploração econômica por agricultores genuínos que exerçam diretamente a agricultura como atividade exclusiva;

c) arrendamento experimental de 3 anos, como etapa antecedente à aquisição do lote pelo agricultor irrigante;

d) inalienabilidade do lote a particular, de forma a restabelecer sempre o ciclo de exploração agrícola através da etapa inicial do arrendamento pelo Poder Público, que indenizará o preço ao alienante de acôrdo com os critérios constantes do projeto de lei;

e) exploração dos lotes agrícolas nas diversas subzonas da região, de conformidade com os projetos específicos resultantes do plano prèviamente aprovado pelo Govêrno, de maneira que a produção agrícola das áreas irrigadas seja realizada no interêsse da economia regional, visando, de fato, ao bem-estar das populações nordestinas;

f) instituição em emprêsas autônomas para administrar as bacias de irrigação e velar pelo seu racional aproveitamento agrícola;

g) exclusão, nos cálculos das indenizações ou desapropriações, das valorizações decorrentes de obras construídas ou projetadas pelo Poder Público.»

RADIO TV

ORFEU DA TELEVISÃO

O gênero satírico produziu no Rádio dois excelentes autores: Max Nunes e Haroldo Barbosa. Não fôsse o preconceito anti-radiofônico, e êsses dois produtores gozariam hoje de merecido conceito, mesmo entre os escritores patrícios que melhor souberam utilizar essa terrível arma, que é a sátira. Mas o Rádio é efêmero. Efêmera é também a Televisão. Ambos se constituem, para homens como Max e Haroldo, num contínuo desperdício de talento.

No Rádio, aliás, a sátira revelou-se arma poderosíssima, muito mais destruidora que em qualquer outro gênero. E essa periculosidade parece ter sido aumentada com o advento da Televisão. Porém, se no Rádio vários autores obtiveram êxito explorando o gênero, na TV, apenas Max Nunes conseguiu igualar seus próprios sucessos radiofônicos. E isso mesmo só acontece em um dos seus programas. «Ali Babá e os 40 Garções», tendo o autor que amargar vários fracassos.

Foi no «Ali-Babá» que vimos, sexta-feira passada, a sátira ao filme «Orfeu do Carnaval». E poucas vêzes a televisão nos fêz rir tanto (nem mesmo quando assistimos Al Neto). Max Nunes e J. Maia souberam apreender e explorar os momentos ridículos do filme, que, em que pese a sua boa qualidade geral, possui instantes de inconcebível imaturidade. E Nádia Maria, essa excelente comediante, caricaturando a irriquieta «Mira» do filme de Marcel Camus, mostrou, mais uma vez, ser um temperamento artístico que a TV-Tupi não sabe preservar.

TELEMOMICES

Fraquíssimo o último espetáculo do «Teatro Moinho de Ouro». A falta absoluta de critério artístico na escolha de originais por parte dos responsáveis por êsse teleteatro é lamentável. Desta vez era uma peça de Mário Brasini. Magaly... Magaly era uma maraca. E dava pena ver Mário Lago, Cilo Costa e Auri Cabet fazendo momices, por exigência de um original que não merece sequer um comentário.

PERO VAZ

Os Bilhões Do Porta-Aviões Devem Ter Melhor Emprêgo

Simpática a opinião pública à campanha de oposição à compra da belonave — Não seria reforçada a defesa nacional — Desarmamento, idéia que vai abrindo caminho

Está tendo a mais simpática repercussão no seio da opinião pública a campanha contrária à compra do porta-aviões "Minas Gerais" pelo Brasil. A razão principal da oposição à aquisição dessa belonave reside no seu elevadíssimo custo que representa, ao mesmo tempo, um enorme dispêndio de dinheiro e de divisas pelo país. O deputado gaúcho Paulo Mincarone, que se dedicou à análise da transação, reunindo vasto material, estima que, na melhor das hipóteses, nada menos de 8 (oito) bilhões de cruzeiros serão dispendidos pelo Brasil sòmente com a compra, estando excluídos dêsse montante os gastos posteriores reclamados pela manutenção da belonave. Segundo o mesmo deputado, tais despesas consumirão (desde que o navio não se afaste do Brasil, pois em caso contrário os gastos seriam em dólares) cêrca de 150 milhões de cruzeiros por mês, ou 1 bilhão e 800 milhões por ano.

ARMA OBSOLETA

Algumas pessoas, principalmente militares e, entre êstes, sobretudo oficiais da Marinha de Guerra, procuram justificar a aquisição do porta-aviões com a alegação de que é um imperativo do reforçamento da defesa nacional. Todavia, como a vida está mostrando e de acôrdo com opiniões de abalisados técnicos navais, o porta-aviões torna-se mais e mais uma arma inoperante e obsoleta, um alvo vulnerável aos modernos engenhos bélicos (foguetes, aviões supersônicos), submarinos atômicos etc. com cuja mobilidade a lentidão do porta-aviões contrasta violentamente. Um dêsses oficiais que defendem a compra do pantagruélico barco, falando pela televisão, foi perguntado acêrca de se o Brasil não dispensaria o porta-aviões, desde que fôsse construída uma rêde de aeródromos ao longo de tôda a sua costa. Respondendo, disse o oficial que não, pois, se necessário, o porta-aviões e demais unidades que integram o chamado grupo de caça-destruição poderia ir em perseguição ao hipotético submarino inimigo até a África, possibilidade que não haveria para os aviões decolando da costa brasileira. Ora, é evidente que um só porta-aviões seria de todo insuficiente e, também, que sua missão defensiva seria ai muito discutível...

E já que se fala de defesa nacional, é o caso de indagar se a dissenção já provocada entre a FAB e a Marinha em tôrno de quem tripulará o navio não acarreta maior mal do que tôdas as possíveis vantagens do porta-aviões.

O QUE PODERIA SER FEITO

Em entrevista a uma revista desta Capital, o deputado Mincarone enumerou uma série de empreendimentos ou providências que poderiam ser levados à prática com os bilhões destinados ao Minas Gerais. Assim, com o mesmo dinheiro poderiam ser fornecidos dois milhões de merendas escolares, diàriamente, até o ano 2 000; ou construídas duas grandes usinas siderúrgicas; ou criados 13 mil novos leitos hospitalares; ou abertos 13 mil quilômetros de rodovias; ou pavimentados 6.500 quilômetros de rodovias; ou construídos 44 navios mercantes de grande tonelagem; ou construídas 5 240 escolas de nível elementar e médio, com capacidade para mais de 613 mil estudantes, ou adquiridos 29 mil pequenos tratores para a lavoura.

O contraste entre o que está sendo gasto com a belonave e o que poderia ser feito em benefício do povo é flagrante. Tanto mais quanto a "operação porta-aviões" coincidiu com uma época em que o que vai ganhando corpo e a simpatia popular pela proposta de desarmamento universal e total, apresentada há um mês ante a assembléia da ONU por Kruschiov, justamente o chefe de um dos mais poderosos Estados do mundo.

Radiografia do Egoísmo

Almas Em Leilão

GENNYSON AZEVEDO

ALMAS EM LEILÃO (Room at the Top) conta uma história de amor vista sob o prisma dos preconceitos sociais e da diferença de fortuna de seus heróis. Poucas vêzes o cinema ousa romper as convenções usuais e penetrar na intimidade de dois amantes surpreendendo confissões como nesta película. Mas, antes de mais nada: **Almas em Leilão** analisa o egoísmo como fruto dos interêsses de classes sociais opostas.

Joe Lampton (Laurence Harvey) é um jovem ambicioso que ao iniciar de cidade e emprêgo quer também ascender socialmente, através do casamento. Traz em si os preconceitos morais, as hipocrisias da educação convencional, o desejo de impor-se perante os afortunados casando-se com a jovem Susan Brown (Heathers Sears), filha do todo-poderoso dirigente de um grupo de fábricas. A oposição da família e sua ligação amorosa com a professôra Alice (Simone Signoret), infeliz no casamento, vão nos poros colocando-o diante de suas próprias contradições. Pouco a pouco a radiografia vai se tornando mais nítida e o perfil do egoísmo que asfixia homens e mulheres — roubando-lhes a felicidade — aparece com tôda clareza. Por fim, chega o momento de definição e o herói não sabe como portar-se. O desenlace inesperado e pungente não será contado por nós para não privar o leitor do interêsse natural pelo desfêcho.

Almas em Leilão, a par da magnífica história de John Braine adaptada por Neil Paterson, foi dirigida eficientemente por Jack Clayton. O diretor, um estreante, esmerou-se utilizando funcionalmente a fotografia em prêto-e-branco em planos de grande sentido plástico. Também seus atores principais Lawrence Harvey e Simone Signoret estão muito bem dirigidos. Aliás, Simone Signoret recebeu o prêmio de interpretação no último Festival de Cannes. Que grande atriz, cheia de dignidade em seu amor! Sua interpretação sincera e emotiva é um dos pontos altos do filme.

Almas em Leilão figura entre as melhores histórias já filmadas sôbre assunto tão delicado e perigoso como a das relações amorosas e extraconjugais. Sutileza e ironia, lirismo, drama, realismo, repontam nos diálogos sempre humanos. Pela excelente realização cinematográfica **Almas em Leilão** é uma película que recomendamos com prazer.

II Conferência Sindical Nacional

As quatro Confederações e as demais entidades nacionais representativas de todos os trabalhadores brasileiros resolveram convocar para os primeiros dias de outubro a II Conferência Sindical Nacional. Ficou estabelecido, em princípio, que o conclave discutirá o seguinte temário: 1) Direito de Greve; 2) Previdência Social; 3) O trabalhador e a situação nacional. Essa comunicação foi feita na última reunião do Conselho Regional Consultivo da CNTI desta Capital. Inclicou-se que a data da Conferência fôsse fixada entre os dias 30 do corrente e 6 de novembro.

AMIGOS DE «NOVOS RUMOS»

A administração de NOVOS RUMOS agradece a 5 amigos de Olaria a importância de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) que lhe foi enviada.

Cuba De Fidel Castro Vista Por Um Americano

COMO O PAÍS DUPLICARÁ SUA PRODUÇÃO

II

VICTOR PERLO

AGRICULTURA

Cuba tem 50% mais terra arável que a Pensilvânia e conta com um número de pessoas duas vêzes e meia maior trabalhando na agricultura. Além disso, desfruta de mais chuva e seu clima tropical permite-lhe duas colheitas anuais. Contudo, sua produção agrícola é apenas um têrço maior que a da Pensilvânia.

Cuba tem a mesma área que a Pensilvânia, mas seus 6 milhões e meio de habitantes representam sòmente três quintos da população daquele estado. Cuba poderia, sem dúvida, alimentar amplamente tôda a sua população. Todavia, importam-se 30% do consumo de alimentos e êsse consumo está abaixo dos adequados requisitos dietéticos necessários às massas da população.

Hist̀oricamente, o cultivo da cana-de-açúcar deslocou o de cereais e outros produtos. No entanto, o problema atual não é que se dedique terra em demasia à cana-de-açúcar, mas sim o fato de haver muita terra improdutiva. A proporção de terra arável em Cuba é consideravelmente elevada: 75%. Mas cultivam-se apenas 32% dessa terra, em comparação aos 30% dos Estados Unidos e percentagens ainda maiores em outros lugares. Menos de 10% da terra cubana são dedicados a outras colheitas que não sejam de cana-de-açúcar.

Onde está a terra não utilizada? Como se pode utilizá-la?

Grande parte dessa terra não utilizada está nas mãos de corporações açucareiras e das grandes plantações. As rígidas quotas de produção limitam o cultivo da cana-de-açúcar. As grandes corporações mantêm dezenas e centenas de milhares de acres em reserva para provável futuro. A Francisco Sugar Company só cultiva cana num têrço da terra que possui; a Manati Sugar, em menos de um décimo. Ambas pertencem ao monopólio Rionda.

Outra grande parte de terra só é utilizada parcialmente — um têrço da extenção de Cuba — em pastos, muitos dos quais pertencem a grandes fazendeiros de gado. Tradicionalmente, êsses se mostram mais interessados em cobrar os arrendamentos do que desenvolver a criação de gado. O cuidado com o pasto é pobre e há pouca alimentação suplementar. A produção de gado por acre torna-se consideràvelmente menor que a dos Estados Unidos, na faixa que vai de Iowa a Minnesota para o leste, embora as condições naturais sejam mais favoráveis.

Além de colocar mais terra em produção, Cuba necessita mais irrigação, utilização extensiva do sistema de duas colheitas anuais e mecanização. Os economistas cubanos afirmam que a irrigação pode ser estabelecida mediante a construção de pequenos depósitos para recolher a água da chuva e a perfuração da faixa aquática que existe bem perto da superfície. Utilizando melhores métodos de cultivo, dizem, podemos obter a atual produção de açúcar na metade da extensão de terra de que hoje necessitamos. As ruas de Havana aparecem agora decoradas com tratores que representam a contribuição de operários e empregados em ajuda à mecanização da agricultura.

A população rural sem terras, asfixiada pela miséria, está disposta e ansiosa para trabalhar tanto quanto preciso a fim de obter uma produção agrícola maior. Os camponeses cubanos contribuiram com um número considerável de soldados para o exército revolucionário de Castro. Lutaram pela terra e agora aguardam a prometida reforma agrária (1). Há 200 000 agricultores e ... 500 000 trabalhadores agrícolas. Um têrço dêsses agricultores é de sub-rendeiros, colhedores e trabalhadores volantes, cultivando pequenas parcelas de terra nas mais desfavoráveis condições. Assim, a imensa maioria da população rural cubana tem algo a ganhar com a reforma agrária.

OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária visa pôr mais terra em produção. De acôrdo com o que já se está informando, a lei de reforma agrária, quando se implantar, disporá a expropriação das terras não aproveitadas nas mãos dos grandes latifundiários, tanto nacionais como estrangeiros. Tais terras serão pagas segundo o valor declarado por seus proprietários para os efeitos do fisco, o que representa uma apilcação da justiça popular não isenta de certa ironia.

A terra será logo entregue aos camponeses individuais e às cooperativas. Onde se deseje uma produção mecanizada em grande escala, dar-se-á fôrça à organização de cooperativas. Aos camponeses serão entregues 66,7 acres, com direito a comprar mais 100.

Tais medidas elevarão o poder competitivo da produção dos camponeses, estabelecerão uma fôrça progressiva rival no campo e minarão o grande poder das corporações açucareiras e dos criadores de gado. Uma débil tentativa de semelhante reforma nas terras improdutivas da United Fruit e dos latifundiários locais foi que desencadeou a contra-revolução na Guatemala.

Só os ingênuos podem confiar em que a reforma agrária seja levada adiante sem suscitar amargos conflitos. Os têrmos definitivos em que a lei será aprovada, que ainda são dseconhecidos, muito revelarão nesse sentido. A rapidez e a determinação com que se implantem, significarão ainda mais. Os cubanos se mostram confiantes em que a lei será de grande alcance em seu conteúdo e que será posta em vigor com tôda energia.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Cuba marcha atrás dos países ABC (Argentina, Brasil, Chile) da América do Sul e do México em desenvolvimento industrial. Contudo, Cuba possui recursos de primeira classe e tôda a mão-de-obra qualificada de que necessita para um crescimento industrial geral. Cuba precisa de indústria para elevar o nível de vida, obter independência econômica e abrir fontes de emprêgo.

TRABALHO E INDÚSTRIA

Sindicatos fortes e tradições radicais permitiram aos operários cubanos ganhar salários mais altos e melhores condições de trabalho que as vigentes na maioria dos países da América Latina. Batista atentou contra êsses standards, mas não pôde destruí-los por completo. Todavia, muito poucos trabalhadores desfrutam de tais condições. Além dos desempregados permanentes, há um grande número de semi-empregados, duas vêzes mais no comércio e serviços públicos que na indústria. As ruas de Havana estão cheias de apregoadores nas portas das lojas, vendedores de bilhetes de loteria e jornaleiros. Sòmente uma industrialização em grande escala proporcionaria suficientes empregos, com salários decentes, para resolver essa situação.

A mão-de-obra cubana é altamente qualificada, em virtude de grandes núcleos se ocuparem em trabalhos artesanais e reparações. 23% das fôrças produtivas são qualificadas, o que, de acôrdo com o que informa a Secretaria de Comércio dos Estados Unidos: «garante um núcleo para a expansão do trabalho industrial quando forem levadas a cabo na ilha novas operações manufatureiras».

RECURSOS EM MATÉRIAS-PRIMAS

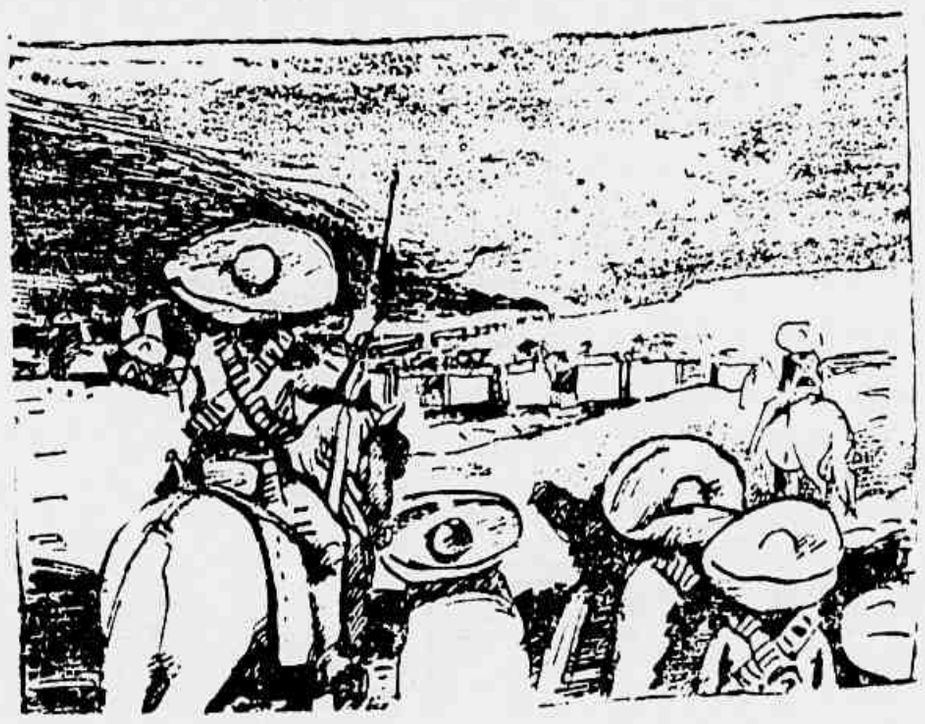
Nesse aspecto, a situação é excelente. Abundam os minerais, e há petróleo e asfalto. A indústria do aço pode contar abundantemente com minério de ferro, manganês e sucata, bem como com calcáreo.

Não se descobriu carvão, mas os engenheiros cubanos desenvolveram um método para fazer coque do bagaço, isto é, o resíduo da cana uma vez estraído o açúcar. O coque de bagaço preenche os requisitos técnicos. Atualmente, trabalha-se para rebaixar seu custo a um nível comercialmente prático.

Assim mesmo, Cuba já está produzindo, com os subprodutos do açúcar, papelão, painéis de construção, alimento animal, fertilizantes, várias substâncias químicas e muitas outras coisas mais. Tive oportunidade de comprar em Havana um jornal totalmente impresso em papel de bagaço, que em textura e legibilidade é superior à impressão feita em papel de polpa de madeira. Dêsse modo, a produção de dezenas de milhões de toneladas de açúcar por ano representa um imenso potencial de fornecimento de matérias-primas para a indústria.

Os problemas técnicos envolvidos no crescimento industrial poderão ser resolvidos com tôda certeza, mas os problemas de organização, financiameto e políticos são os mais difíceis e nêle tropeçaram nos últimos anos, muitos países subdesenvolvidos.

(1) [illegible] em março de 1959.



NA ESPANHA DE FRANCO

3.000 INTELECTUAIS RECLAMAM ANISTIA

As prisões da Espanha de Franco continuam repletas de prisioneiros políticos. Ainda há poucos dias foi condenado a longa pena de cárcere o patriota espanhol Sánchez Montero. Milhares de espanhóis estão no estrangeiro, por não poderem viver na Espanha, processados por suas atividades políticas contrárias ao fascismo.

Mas, entre o povo espanhol, crescem as exigências de redemocratização da vida do país. Uma expressão dessa exigência é o apêlo que publicamos a seguir, assinado por mais de três mil intelectuais espanhóis. O apelo é dirigido ao Ministro da Justiça.

«Exmo. Sr.:

Nós, abaixo assinados, nos dirigimos a V. Excia. para expor nosso pensamento sôbre uma questão que consideramos transcendental.

Nós, espanhóis, ainda não resolvemos o problema de nossa convivência. Ainda não estão firmemente estabelecidas as bases que permitam a participação de todos na vida espanhola. Há — como assinalava «Eclesia» em seu editorial de 4 de abril — feridas da alma nacional que ainda não cicatrizaram. Uma das mais profundas é a constituída pelos milhares de compatriotas que, por se encontrarem nos cárceres ou no exílio, se acham impossibilitados de colaborar, conosco, nas tarefas que exige a vida de nosso país.

Acreditamos, porém, que já não se justifica esse fato doloroso. Chegou o momento em que as últimas feridas devem ser estancadas. Os obstáculos que impedem a reconciliação dos espanhóis devem ser eliminados. Pensamos que um passo muito necessário e eficaz nesse caminho seria a ANISTIA GERAL PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS E EXILADOS.

Visando a êsse objetivo, pedimos a V. Excia. haja por bem transmitir nossa aspiração ao Conselho de Ministros, a fim de se obter uma anistia que permita a plena incorporação à vida nacional de todos os espanhóis.

Não duvidamos de que V. Excia. saberá compreender os sentimentos que nos animam e de que nosso pedido será atendido.

(a) Ramon Menendez Pidal, Presidente da Academia de Línguas; Gregório Marañon, doutor em medicina, acadêmico e escritor; Dámaso Alonso, poeta, acadêmico; Alonso de La Pera, urólogo; Vicente Alexandre, poeta; Tejico Hernando, doutor; Julio Casares, Secretário da Academia de Línguas, filólogo; Vicente Garcia de Diego, catedrático do Instituto Cisneros; Padre Felix Garcia; Santiago Montero Vaz, professor; Valentin Andrés Alvarez, Decano da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Central de Madrid; José Luis Cano, Diretor da revista «Insula»; Padre Frederico Sopeña, crítico musical membro da Academia de San Fernando; Joaquim Calvo Sotelo, dramaturgo; Ramon Pérez Ayala, escritor; Sebastian Miranda; Edgar Neville, jornalista, autor teatral; Pedro Laín Entralgo, jornalista católico; Gonzalo R. Lafora, doutor; Rodrigo Urias, catedrático; Plácido Duarte, médico; Camilo José Cela, escritor, acadêmico; Ruiz Felipe Vizcaico, escritor; Gabriel Celaya, poeta; Dionisio Ridruejo, poeta; Alfonso Sastre, autor teatral; Antonio Buero Vallejo, autor teatral; José Maria Castellet, escritor; Luis Goytisolo, escritor; Jesús Lopes Pacheco, novelista; Alfredo Marquerie, crítico teatral; José Maria Quinto, escritor; José Tamayo, diretor teatral; Carlos Vélez, diretor da revista «Acento»; Alberto Blancafort, crítico musical; Angel Fernandez Montesinos; Cláudio de La Torre, diretor teatral; Alberto Gonzalez Vergel; Cristobal Halffter, compositor; Jerónimo Mitra, autor teatral; Victor Luis Iriarte, autor teatral; Luis Escobar; Miguel Mitra, autor teatral; Carmen Martin Gaite, novelista; José Angel Escurra, diretor do semanário «Triunfo»; J. Antonio Bardem, diretor cinematográfico; Miguel Garcia Moreno, catedrático; G. Menendez Fidel, catedrático; Juan Antonio de Zunzunegue, novelista; tenente-general Kindelán; J. Lopez de Oro; Dámaso de La Valgoma, catedrático, historiador; Luis Redonet, engenheiro industrial; Mercedes de Gaibrois de Ballesteros, escritora; Eloy Terron, professor; Angel Ferrari, José Monleon, crítico teatral. Os catedráticos: Julio Palacios, José Botella Llusia, Antonio Garcia Bellido, Antonio Ballesteros Gaibrois, Anselmo Romero Marin, Henrique Tierno Galván, Manuel Fernandez Torre, Nicolás Perez Serrano; Jaime Guasp, Joaquim Carrignez, Paulino Garagorri, J. A. Maravall, Luiz Diez Del Corral, Enrique Gomez Arboleya, F. Moran Samaniego, E. Cuello Calon; J. Castañeda Chornet, Padre Ely Montero, Juan del Rosal, Antonio de Luna, J. A. San Pedro, A. N. Navarro, Luis Garcia de Valdeavellano, J. Sardá Doxen, A. Casas, Ursicino Alvarez, I. Gomez Menon, M. Deleran, C. Fernandez Rodriguez, F. Rodriguez Adrados, S. Valenzuela, I. Barinaga, G. Arcendea, Sixto Obrador, F. B. Figueroa, S. Alvarado, Marano Robles, Romero Robledo, advogado; Ufán Maria, escritor; Eugenio Hermoso, Enrique Lafuente, crítico de arte; Baldomero Argente del Castillo, ex-ministro, economista; José Francis, acadêmico; Julio Gomez, I. Guride, Daniel Vasquez Dias, pintor; Cubiles, A. Benedito, pintor; Júlio Moisés, pintor; F. Laborda, Julio Gavestan e Gain Sanchez.

Nota: O apêlo acima transcrito recebeu mais de três mil assinaturas de intelectuais da Espanha e mesmo depois de entregue continua a receber adesões.

O CC DO PCUS SAÚDA OS SÁBIOS QUE ATINGIRAM A LUA

A 4 de outubro foram publicados em Moscou os tradicionais apelos do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética dedicados ao 42º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, a comemorar-se a 7 de novembro próximo.

Um dos primeiros apelos diz:

«O XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética assinalou a passagem de nosso país à época da construção do comunismo em tôda a linha. Povos da União Soviética! Empenhai tôdas as fôrças e energias pelo cumprimento das grandes tarefas da edificação comunista.»

Alguns dos primeiros apelos são dirigidos aos partidos comunistas e operários, a todos os trabalhadores, saudando sua luta pela paz, pela independência nacional dos povos, pela democracia e o socialismo.

Apelos especiais são dirigidos aos povos de todos os países para que reforcem sua abnegada luta pela paz mundial, «por uma paz sólida e a colaboração de todos os povos». Conclama-se:

«Povos do mundo! Alcançai a completa liquidação da guerra fria e o alívio da tensão internacional! Pela rápida liquidação dos resíduos da Segunda Guerra Mundial! Pela conclusão do Tratado de Paz com a Alemanha e a liquidação do regime de ocupação de Berlim Ocidental!»

Numa série de apelos são dirigidas calorosas saudações aos povos dos países que constróem o socialismo, a começar pela República Popular da China. Faz-se uma saudação fraternal aos trabalhadores da República Popular Federativa da Iugoslávia para «que se fortaleça a amizade entre os povos soviético e iugoslavo no interêsse da luta pela paz e o socialismo».

Alguns dos apelos do CC do PCUS saúdam os povos que lutam por sua independência nacional e contra o imperialismo: da Indonésia, Birmânia, Ceilão, Cambodja, bem como os povos do Oriente Árabe, que combatem pela liquidação do regime colonial, e os povos da África, em luta contra a opressão imperialista e colonial.

Saudação especial é feita aos povos da América Latina:

«Ardente saudação aos povos da América Latina, que lutam pela paz e a colaboração entre os povos, por sua independência nacional, contra o imperialismo!»

Outro apêlo diz:

«Viva a amizade e a colaboração entre os povos da União Soviética e dos Estados Unidos, no interêsse da liquidação da «guerra fria» e pela consolidação da paz em todo o mundo!»

A maior parte dos apelos do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética são dirigidos aos povos e aos trabalhadores da URSS. Um apêlo especial é feito aos realizadores dos grandiosos feitos da astronáutica soviética. Diz:

«Vivam os cientistas soviéticos, construtores, engenheiros, técnicos, operários, que glorificaram nosso País como o primeiro na história dos vôos cósmicos à Lua, iniciando uma nova era na conquista dos espaços cósmicos pelo homem!»

Conclama-se, em outros apelos, ao cumprimento antecipado do plano septenal de fomento da economia da URSS, para que seja assegurada a vitória da União Soviética na competição pacífica com o capitalismo.

É saudada uma grande conquista do povo soviético: a jornada de trabalho de 7 horas, importante etapa na consecução pela URSS da mais curta jornada de trabalho no mundo.

Depois de uma série de apelos dirigidos à mulher soviética, à juventude da URSS, aos membros do Partido Comunista, o Comitê Central do PCUS conclui:

«Sob a bandeira do marxismo-leninismo, sob a direção do Partido Comunista — avante, para a vitória do comunismo!»

«Viva o comunismo — futuro luminoso de tôda a humanidade!»

O Triunfo Do Marxismo-Leninismo Na China

LIU CHAO-TSI

As vitórias do povo chinês no transcurso dêstes dez anos são vitórias do marxismo-leninismo, vitórias conseguidas graças à direção do Partido Comunista da China, vitórias da linha geral do Partido na revolução democrática, na revolução socialista e na edificação do socialismo.

Durante a revolução democrática o camarada Mao Tse Tung esclareceu em repetidas ocasiões esta idéia: «... o movimento revolucionário dirigido pelo Partido Comunista da China é, em seu conjunto, um movimento revolucionário único, que abarca a revolução democrática e a revolução socialista... Só é possível dirigir com acêrto a revolução na China compreendendo a diferença entre a revolução democrática e a revolução socialista e aparecendo, ao mesmo tempo, a relação existente entre ambas». Na revolução chinesa, os oportunistas de direita, da mesma forma que os mencheviques na Rússia, separavam a revolução democrática da revolução socialista por uma «muralha chinesa», não percebiam a íntima conexão entre estas duas revoluções. Na revolução democrática não viam como coisa possível a perspectiva de sua transformação em revolução socialista. Isto de um lado. Do outro, os oportunistas de «esquerda», da mesma forma que os trotskistas na Rússia, não viam a divisória entre a revolução democrática e a revolução socialista e procuravam, na etapa da revolução democrática, suprimir a burguesia e levar a cabo as tarefas da revolução socialista. Êstes dois errôneos desvios causaram, a seu tempo, um enorme dano à revolução chinesa. Em oposição ao oportunismo de «esquerda» e de direita, o caminho justo na direção da revolução chinesa, que é representado pelo camarada Mao Tse Tung, consistia, de uma parte, em levar à prática a teoria marxista-leninista do desenvolvimento da revolução por fases, delimitando com precisão as tarefas das duas etapas da revolução — revolução democrática e revolução socialista — e, de outra parte, em aplicar a teoria marxista-leninista da revolução permanente, ligar estreitamente estas duas revoluções na etapa da revolução democrática e impulsionar no possível a luta para preparar as condições da futura revolução socialista com o objetivo de desenvolver em todo o país imediatamente depois da vitória da revolução democrática, sem nenhum intervalo, a luta pela revolução socialista.

A hegemonia do proletariado na revolução democrática, a qual o proletariado manteve firmemente em suas mãos através do Partido Comunista, foi a chave para assegurar a vitória completa da revolução democrática e a passagem desta para a revolução socialista. Nenhum partido burguês da China podia apresentar um programa consequentemente antiimperialista e anti-feudal nem levar a revolução democrática até suas últimas consequências. A linha geral do nosso Partido na direção da revolução democrática consistia em unificar o maior número possível de fôrças, sob a direção do proletariado e sôbre a base da aliança dos operários e dos camponeses, e em lutar consequentemente contra o imperialismo, o feudalismo e o capital burocrático. O camarada Mao Tse Tung formulou da seguinte maneira esta linha geral: «A revolução popular de massas, dirigida pelo proletariado, está orientada contra o imperialismo, o feudalismo e o capital burocrático».

No período da revolução democrática na China, tanto os oportunistas de direita, que negavam tôda relação entre as duas revoluções — democrática e socialista — como os oportunistas de «esquerda», que confundiam estas duas revoluções, não compreenderam a importância da questão camponesa para nossa revolução e, por conseguinte, não puderam tão pouco abordar com acêrto o problema da burguesia. Os oportunistas de direita aplicavam uma política capituladora em relação à burguesia e consideravam que a revolução democrática era, fundamentalmente, assunto da burguesia. Não se apoiavam na aliança operário-camponesa, mas, principalmente, na frente única com a burguesia. Em relação à burguesia, faziam finca-pé ùnicamente na aliança com ela, não desencadeavam a luta necessária contra ela. Assim, pois, renunciavam à hegemonia do proletariado. Quando a burguesia traiu a revolução, esta sofreu uma derrota, com grave dano à causa do proletariado e das amplas massas populares. Isto indica que, nos momentos em que já tinham amadurecido as condições para a revolução e era necessário aproveitar essa situação para a peleja decisiva, os oportunistas de direita não se atreveram a lutar pela vitória e inclusive foram um obstáculo para conseguí-la. Os oportunistas de «esquerda» não desejavam a aliança com as diversas camadas das massas pequeno-burguesas e da burguesia nacional. E mais: consideravam erroneamente que o golpe principal devia ser dirigido contra as fôrças intermediárias e negavam que fôsse necessário e possível unir ou neutralizar as diversas camadas intermediárias na revolução democrática. A respeito da burguesia nacional, se limitavam a lutar contra ela, não tornavam realidade a necessária aliança com ela e menos ainda desejavam utilizar as contradições concretas entre os inimigos, concentrar as fôrças para a luta contra o inimigo principal. Como resultado lógico, renunciaram também à hegemonia do proletariado, devido ao que êste teve que lutar sòzinho e a revolução não pôde ver-se coroada pela vitória. Os oportunistas de «esquerda» e os oportunistas de direita tinham um traço comum: perdiam de vista as reivindicações revolucionárias e a energia revolucionária do campesinato durante o domínio da reação no país não reconheciam que podíamos manter-nos firmemente no campo, criar aí bases revolucionárias e, afinal, conquistar as cidades mediante o cêrco das mesmas pelos distritos rurais. Por isso, mais de uma vez os oportunistas de «esquerda» passaram a ser oportunistas de direita em determinadas circunstâncias, e vice-versa. Êste é, por exemplo, o caso do camarada Van Min: durante a segunda guerra civil revolucionária em nosso país foi o principal representante da terceira linha desviacionista de «esquerda», e, no período da guerra contra os invasores japonêses, o representante fundamental do oportunismo de direita.

Os marxistas-leninistas chineses, com o camarada Mao Tse Tung à frente, unificaram todo o Partido na luta contra o oportunismo de «esquerda» e de direita, graças ao que a revolução chinesa pôde marchar por um caminho certo, conseguindo um triunfo após outro.

A vitória da revolução popular, alcançada sob a direção do Partido Comunista da China, terminou para sempre com o domínio reacionário do Kuomintang na velha China e destruiu seu aparelho burocrático e militarista, açoite do povo. Como consequência, em 1949 foi proclamada a grande República Popular, que, em essência, é a ditadura do proletariado. Portanto, realizou-se com êxito a passagem da revolução democrática à revolução socialista. No problema mais importante da revolução, isto é, no problema relativo ao Poder, a formação da República Popular Chinesa foi a culminação da revolução democrática e o comêço da revolução socialista. Além de dirigir a luta pela vitória na revolução democrática, o proletariado chinês consolidou firmemente sua hegemonia no Poder político estatal e, por conseguinte, não foi necessário lutar de novo pela conquista do Poder em benefício da vitória do socialismo. Isto foi possível porque, no curso da revolução democrática, nosso Partido não olvidou nem um instante seu objetivo final: a revolução socialista, e, portanto, na prolongada luta pela vitória da revolução democrática pôs tôda a sua atenção na tarefa de assegurar e fortalecer a hegemonia do proletariado».

(Trecho de artigo publicado na revista «Problemas da Paz e do Socialismo» n. 10 da edição de Praga)

Teoria e prática

COEXISTÊNCIA PACÍFICA (III)

Se o princípio da coexistência pacífica reflete os anseios de tôda a humanidade, na medida em que **afasta a ameaç de uma nova guerra,** de efeitos ter**rivelmente destruidores,** corresponde em particular aos interêsses dos povos subdesenvolvidos. **A guerra fria e a corrida armamentista** representam enormes **obstáculos ao progresso das nações** atrasadas. **A segurança da paz e um clima de entendimento internacional podem, ao contrário,** contribuir para que **mais ràpidamente os países** subdesenvolvidos rom**pam as barreiras que entravam ou impedem o seu avanço em todos os terrenos**

Enumeremos algumas das mais importantes vantagens que podem resultar para as nações atrasadas, como o Brasil, da aplicação efetiva da política de coexistência pacífica:

1. Uma grande parte das colossais despesas hoje absorvidas pela carreira aos armamentos poderá ser destinada à ajuda às áreas menos desenvolvidas do mundo. Para que se tenha uma idéia ao menos aproximada do que isto pode significar, é suficiente lembrar que as despesas realizadas pelo bloco agressivo ocidental da OTAN elevaram-se em 1958 a 50 bilhões de dólares. Quanto aos Estados Unidos, 80% do seu orçamento são canalizados para gastos militares. Em 1957 essas despesas atingiram a 48 bilhões de dólares.

2. A supressão das barreiras de desconfiança e de ódio, artificialmente levantadas pelos círculos mais belicosos do imperialismo entre Estados de diferente regime social, permitirá que as nações subdesenvolvidas mantenham relações normais e mùtuamente benéficas com todos os países, vendendo-lhes o que produzem e podendo dêles receber outras mercadorias, sobretudo as que se relacionam com a indústria pesada, além de créditos em condições vantajosas. Os prejuízos incalculáveis que decorrem para o Brasil do fato de não mantermos relações oficiais com a URSS e outros países indicam quanto é nociva para nós a política de guerra fria e, por outro lado, que amplas perspectivas podem se abrir graças a uma política de paz, sôbre a base do entendimento entre todos os Estados.

3. A eliminação dos temores e hostilidades gerados pela guerra fria facilitaria, nos países subdesenvolvidos, a vitória das idéias que exigem dos governos a supressão de vultosas despesas militares e o emprêgo de maiores recursos em obras produtivas, destinadas a impulsionar o progresso nacional, e em iniciativas de assistência social e cultural. Agora mesmo, o debate que se realiza no Brasil em tôrno da compra de um porta-aviões — bilhões de cruzeiros lançados ao mar enquanto grandes massas não têm sequer o que comer — demonstra claramente que o triunfo da coexistência pacífica em escala mundial permitirá uma melhor utilização dos recursos do país, no sentido do progresso e do atendimento às necessidades do povo.

4. A adoção da política da coexistência pacífica, retirando aos imperialistas uma série de pretextos utilizados contra os povos, como a «defesa do mundo livre» face a uma suposta agressão, e permitindo um impetuoso fortalecimento das correntes que se batem pelo progresso e pela paz, levará a novos avanços no caminho da emancipação nacional, da libertação do nosso povo, e de outros povos subdesenvolvidos, do jugo imperialista.

Por êstes e outros motivos, o princípio da coexistência pacífica — base da política exterior da URSS e demais países socialistas — encontra a simpatia e o apoio dos povos dos países subdesenvolvidos, inclusive o povo brasileiro

Paraibanos querem Delegacia da CAPFESP

PARAÍBA (Do Correspondente) — Os segurados da CAPFESP neste Estado continuam pleiteando das autoridades competentes o estabelecimento de uma Delegacia autônoma na Paraíba. Atualmente, todo o serviço de benefícios está centralizado na Delegacia da 5ª Região, sediada em Recife. Êsse fato vem determinando grandes dificuldades para a obtenção de aposentadoria, pensão, auxílio-doença, etc. A concessão dos benefícios se torna muito mais demorada, agravando ainda mais a situação angustiante de todos quantos necessitam de recorrer à CAPFESP. Por essa razão, os trabalhadores continuam pleiteando uma Delegacia Regional para o Estado.

Vinte e quatro horas de greve decidiram

SÃO PAULO (Da Sucursal) — Os 35 mil trabalhadores nas emprêsas de ônibus desta Capital voltaram ao trabalho na manhã do dia 14, após a realização de uma greve que paralisou completamente tôdas as 42 firmas que servem a mais de um milhão de passageiros. Graças a êsse movimento, que durou apenas 24 horas, os trabalhadores conseguiram um aumento salarial de 2.200 cruzeiros mensais, a partir de 1 de outubro, e o pagamento de importância correspondente como Abono de Natal.

O Sindicato das Emprêsas de Transporte de Passageiros, entretanto, vem afirmando que só concederá o aumento de salários depois que obtiver uma subvenção da Prefeitura ou, caso contrário, depois que tiver autorização para elevar o preço das tarifas. A conduta dos empresários de ônibus vem causando protestos da população, que não concorda com nenhuma elevação nos preços das tarifas. Os trabalhadores, por outro lado, poderão voltar à greve para obrigar os patrões a cumprirem o acôrdo salarial.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (XXXV)

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS

Colonizados inicialmente ao sul pela Espanha, a partir do século XVI, e ao norte e a leste, desde o século XVII, pela França, a Holanda e a Inglaterra, os territórios que serviram de ponto de partida para a formação dos atuais Estados Unidos da América do Norte apresentavam-se, desde 1763, sob o domínio exclusivo da Inglaterra capitalista.

De 1775 a 1782 as colônias norte-americanas — unidas sob a bandeira da "Declaração dos Direitos do Homem", aprovada pelo seu Segundo Congresso em 1776. — empenharam-se na Guerra da Independência do jugo britânico. A grande massa de pequenos agricultores, os operários das manufaturas, os artesãos, a pequena burguesia urbana desepenharam o papel fundamental na conquista da vitória, como expressão mais dinâmica e revolucionária que eram à época, das necessidades do desenvolvimento capitalista no país.

Assim se formou a Confederação dos Estados norte-americanos. Mas quem ficou com o poder foram os burgueses do Norte e os fazendeiros escravistas do Sul. As massas trabalhadoras saíram da guerra na miséria e começaram a revoltar-se, eclodiam aqui e ali ameaçadores motins de soldados. Foi nêsse clima de descontentamento que surgiram as primeiras uniões operárias, em 1785, constituídas de proletarios manufatureiros qualificados e de artezãos — carpinteiros, alfaiates, etc. As classes dirigentes, temerosas ante as manifestações de rebelião das massas populares, que em vários pontos do país assumiam a forma de luta armada, trataram logo de prover-se dum aparêlho de Estado centralizado e forte e com êsse fim reformaram a Constituição, em 1786. Assim se criaram os Estados Unidos da América do Norte, com seu regime presidencialista, seu Congresso e sua Côrte Suprema.

Naqueles anos começava no país a revolução industrial, tinha início, com ela, a formação do proletariado industrial norte-americano. A abolição da escravatura em alguns Estados, o confisco e a venda das terras de 30.000 'tories' (aristocratas latifundiários) que tinham ficado do lado da Inglaterra na Guerra da Independência, a venda das terras do Oeste, declaradas propriedade nacional — abriram o caminho ao progresso do capitalismo no campo, ao mesmo tempo que criavam amplo mercado para a indústria.

Em 1807 o americano Fulton construiu o primeiro navio a vapor e dois anos depois era feita a primeira travessia a vapor da América para a Europa. Em 1830 fabricava-se nos Estados Unidos a primeira locomotiva dando-se início à construção de estradas de ferro. E' interessante lembrar aqui que Marx, por volta de 1850, dizia em carta a seu amigo Wydemeyr, comunista alemão recém-imigrado para a América depois de ter pegado em armas na revolução de 1848 em sua pátria: "A sociedade burguêsa dos Estados Unidos ainda não se desenvolveu o bastante para tornar manifesta a luta de classes". Mas já em 1860 havia no país um milhão e trezentos mil operários industriais e, poucos anos depois, os Estados Unidos ocupavam o segundo lugar no mundo, depois da Inglaterra, quanto ao número de fusos.

O proletariado norte-americano crescia ràpidamente. A imigração de operários europeus, de diversas nacionalidades, assumiu caráter de massa: em 1854, por exemplo, o número de imigrantes foi de 427.000. A exploração da classe operária era cruel, sobretudo a das mulheres e crianças. Trabalhava-se 11, 13, 18 e mais horas por dia. Mas a abundância das terras disponíveis, onde poderiam ir trabalhar como donos, facilitava aos operários lutar por salários mais altos nas fábricas. O poder aquisitivo do operário norte-americano tornou-se, assim, mais elevado do que o do proletário europeu. O nível relativamente elevado dos salários levava os burgueses a forçarem mais a introdução de máquinas no processo da produção. "Verificamos aqui claramente, — diria Lênin mais tarde — uma peculiaridade que já havíamos notado em diversas ocasiões, a peculiaridade de os Estados Unidos contarem com grandes extensões de terras livres, que explica o amplo e rápido desenvolvimento do capitalismo na America".

Êsse acelerado desenvolvimento capitalista levou em pouco tempo ao extremo limite o antagonismo entre o Norte industrial e o Sul agrícola-escravista, grande fornecedor de algodão para a indústria de fiação e tecelagem inglêsa e européia em geral e também do Norte dos Estados Unidos. Começaram a tomar corpo as rebeliões dos escravos, um dos "maiores acontecimentos da época atual do mundo" — dizia Marx. Essas lutas tinham a solidariedade moral e material dos operários e agricultores do Norte e do Oeste. Assim surgiu o Partido Republicano, abolicionista, integrado originàriamente por camponeses, operários e pequeno-burgueses da cidade e do campo. Seu vice-presidente era Abraham Lincoln (1809-1895), filho dum agricultor pobre, e que foi peão, depois lenhador, em seguida patrão de lancha nos canais do Norte, dono de armazém, advogado e, afinal, político de profissão.

Os escravocratas, que dominavam o aparelho do Estado e impunham sua política desde a Independência, perderam as eleições em 1860. Lincoln foi eleito presidente dos Estados Unidos. Em 1861 começa a Guerra de Secessão, isto é, de separação dos Estados escravistas. Os fazendeiros do Sul, derrotados nas urnas, tinham decidido formar um Estado confederado à parte, e, com êsse fim, passaram às ações militares. A burguesia do Norte, cheia de mêdo de mobilizar as massas para a luta e vendo apenas os seus interêsses de classe mais imediatos, começou a vacilar. Lincoln exprimiu bem essa indecisão. Em consequência, o Sul — apesar de contar apenas nove milhões de habitantes (dos quais três e meio milhões eram escravos), contra vinte e dois milhões de habitantes do Norte, — começou a ter êxitos militares.

Marx colaborava então no "New York Tribune" e, acompanhando atentamente de Londres, com Engels, o desenrolar dos acontecimentos, mostrava que era preciso tomar medidas enérgicas, que se continuassem as derrotas do Norte estalaria uma revolução das massas trabalhadoras, que a Guerra devia travar-se por processos revolucionários".

De fato logo os agricultores e operários iniciaram grandes manifestações de protesto contra as vacilações de Lincoln e seu govêrno. Em princípios de 1862 o Norte passou à ofensiva, chegou a ganhar uma batalha. Entretanto, ela foi seguida de novos reveses.

POVO APOIA URURAHY JK TEME FRIGORÍFICOS

Promessas do Presidente da COFAP: "Enquanto Eu Estiver, Aqui, Não Haverá Aumento de Preços"

"Enquanto aqui estiver, na COFAP, não haverá aumentos, custe o que custar. Nem de preço de carne, nem de gênero algum". Estas foram as palavras finais do pequeno discurso com que o general Ururahy Magalhães agradeceu a manifestação de solidariedade promovida por entidades estudantis e sindicais no dia 16. De fato, o general Ururahy pode fazer esta afirmação uma vez que durante quase dois mêses que está na presidência da COFAP não concedeu nenhum aumento. Por isso mesmo os exploradores do povo sentem enorme saudade dos "bons tempos do Mindelo".

Disse também o general que embora a ocupação militar dos frigoríficos e invernadas tenha sido sustada pelo parecer contrário do procurador da República, isto não impede que venha a ser efetivada a desapropriação de gado e estoques. Por outro lado, afirmou o general que a "intervenção continuará, ainda mais firme". Depois do comício, o presidente da COFAP disse aos jornalistas que havia sugerido ao presidente Kubitschek que, paralelamente à importação da carne argentina, tomasse medidas contra os frigoríficos, como o congelamento dos empréstimos concedidos a êles pelo Banco do Brasil e a cobrança imediata dos débitos, além da suspensão ricorsa da exportação. Quanto à intervenção, disse o general Ururahy que já esta semana o interventor em São Paulo, coronel Graça Lessa tomaria providências enérgicas para normalizar o abastecimento, requisitando o gado se fôr necessário.

APOIO POPULAR

Em vista de sua oposição enérgica às pretensões altistas dos frigoríficos, enfrentando até hoje o boicote que êles promovem, o general Ururahy vem recebendo, diariamente, manifestações de apoio das camadas populares. Depois da solidariedade das principais entidades sindicais e estudantis nacionais, recebeu cartas e telegramas de vários sindicatos, entre êles o dos Trabalhadores na Indústria de Papéis e Papelão de São Paulo, e dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio. O XVI Congresso da União Metropolitana dos Estudantes aprovou uma resolução em que se condena a ação dos trustes internacionais da carne e se apóia a intervenção e nacionalização dos frigoríficos. O presidente da COFAP recebeu também uma delegação do comitê preparatório do Encontro Latino-Americano de Mulheres, que lhe foi levar a solidariedade das donas-de-casa, afligidas pela continuação da crise da carne.

Outro apoio de grande importância para defender os interêsses do povo pode agora ser dado dentro do próprio Conselho da COFAP pelo delegado dos trabalhadores no comércio, que já está representando sua categoria. É necessário que o presidente da República nomeie imediatamente o representante dos trabalhadores na indústria, pois com isso o povo contará na COFAP com mais um representante fiel contra os assaltos dos tubarões.

Êsse apoio é tanto mais necessário porque os frigoríficos começam a contar com a colaboração de outros grupos de exploradores. É assim que os industriais de produtos farmacêuticos já entraram no côro dos que exigem a saída do general Ururahy porque perceberam que não conseguirão o aumento das drogas e remedios enquanto êle estiver na presidência da COFAP.

GOVERNO CONTRA COFAP

O govêrno do sr. Kubitschek de fato parece disposto a ceder às pressões dos tubarões nacionais e estrangeiros que contam com a cobertura eficaz do ministro da Fazenda, Paes de Almeida, e do chefe da casa civil, Sette Câmara. Tôdas as propostas dos frigoríficos recebiam o beneplácito do govêrno, enquanto que as sugestões do general Ururahy eram sempre afastadas.

Foi assim que surgiu a idéia da importação de carne "argentina", que constitui ótimo negócio para os frigoríficos estrangeiros, uma vez que serão êles os fornecedores. O general Ururahy, preocupado com o abastecimento da população, entregou a questão da importação ao Banco do Brasil, que irá comprar 40 mil toneladas aos frigoríficos americanos e inglêses instalados na Argentina.

Mesmo que a importação venha a resolver temporàriamente o problema, não se pode aceitar essa situação em que todos os anos nos encontramos, de ter de importar carne quando o rebanho brasileiro é o quarto do mundo (depois da Índia, Estados Unidos e União Soviética), sendo inclusive maior do que o número de habitantes, o que não acontece naqueles países. Mas o Govêrno não quer ir adiante na intervenção, fazer o balanço contábil das emprêsas frigoríficas estrangeiras e promovendo êle mesmo a normalização do abastecimento. E não tem prestigiado suficientemente o general Ururahy no esfôrço para enfrentar o boicote dos frigoríficos e derrotá-los.

BOICOTE DESCARADO

O sr. Benjamin Marinho de Figueiredo, ex-chefe do Serviço de fiscalização e chefe do departamento de estudos econômicos da secretaria das finanças de Minas Gerais, declarou a um jornal de Belo Horizonte que na zona de criação do norte de que'e Estado há abundancia de bois, seu preço sendo inferior a 350 cruzeiros a arrôba para o boi magro. O mesmo acontece em Barretos, segundo o orgão dos pecuaristas da região. Dêsse modo, não pode haver dúvidas de que o que existe é sonegação e especulação contra os interêsses do povo.

Basta citar o caso do frigorífico Anglo, normalmente responsável por um sexto do consumo do Rio, isto é, cêrca de 77 toneladas diárias, para consumo de 470 toneladas. Enquanto no mês de julho o Anglo entregou quase 2.400 toneladas à população do Rio, na semana passada, entregou 103 toneladas para o consumo de cinco dias, isto é, cêrca de 20 toneladas por dia, ou seja, quase um quarto da média de julho. E é êsse mesmo frigorífico que acusa, em seu último balanço publicado, ter lucros de 125% sôbre o capital e que já possuía, em 1956, mais de 100 mil cabeças de gado em pastos seus ou arrendados.

E não se diga que o govêrno não dispõe de meios para pôr fim ao assalto dos trustes da carne. A Lei 1522, que criou a COFAP, diz em seu artigo 34 que aquêle órgão pode realizar "exames contábeis ou de documentos" para investigar a verdadeira situação das emprêsas cujos produtos estão sujeitos a tabelamento. Verificado o abuso do poder econômico, só restará intervir efetivamente nas emprêsas e fazer as desapropriações necessárias para a normalização do abastecimento.

O general Ururai Magalhães (foto) presidente da COFAP, quando falava aos estudantes, operários e populares, agradecendo o apoio que tem recebido pela sua conduta face ao problema da carne.

CONCENTRAÇÃO DE MARÍTIMOS

Os cinco mil operários navais do Lóide e da Costeira, em greve desde o dia 13 último, realizarão às 17 horas de hoje, quinta-feira, uma grande concentração nas escadarias do Ministério da Viação. Os grevistas reclamam a aprovação do quadro funcional das duas emprêsas; o pagamento dos extraordinários e de quinquênios atrasados; e a uniformização dos horários para as conduções. Estas reivindicações vêm sendo pleiteadas há mais de um ano.

O sr. Firmino Fernandes, presidente do Sindicato dos Operários Navais, têm mantido constantes contactos com as autoridades federais notadamente com o Ministro da Viação, o presidente da Comissão de Marinha Mercante e com os dirigentes do Lóide e da Costeira. A vitória do movimento grevista está sendo esperada para as próximas horas, determinando a imediata normalização do trabalho.

SOLIDARIEDADE

Tôdas as categorias profissionais de trabalhadores de Niterói e São Gonçalo declararam-se solidários com os operários navais. Na passeata promovida pelos grevistas na última segunda-feira, dirigida ao Palácio do Ingá, participaram delegações da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Imobiliárias e dos Sindicatos da Construção Civil, Carris Urbanos, Rodoviários, e Trabalhadores em Energia Elétrica.

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Nas Bancas e Livrarias o n.º 8

Está circulando, achando-se à venda nas bancas de jornais e livrarias, o número 8 da revista teórica e de informação internacional "Problemas da Paz e do Socialismo".

Além de vários artigos assinados por destacados líderes marxistas, a revista publica um interessante debate sôbre "Os povos e a guerra", nos quais são esclarecidos problemas como a possibilidade atual de ser evitada a guerra, a política muniquista das potências ocidentais nos anos que precederam a segunda guerra mundial, a verdade sôbre o pacto germano-soviético, etc. Um artigo do cientista soviético A. Kuzmin fornece dados impressionantes sôbre as conseqüências que traria para a humanidade o desencadeamento de uma nova hecatombe.

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA PELOS UNIVERSITÁRIOS CARIOCAS

Amplamente debatida no XVI Congresso Metropo- litano dos Estudantes a situação do ensino no Brasil — O dinheiro do Estado para as escolas do Estado — Um ano de vitórias — Solução nacionalista para os problemas nacionais

Entre 12 e 18 do corrente, realizou-se nesta Capital, com a participação de mais de 200 delegados das escolas superiores do Distrito Federal, o XVI Congresso Metropolitano de Estudantes. Num clima de seriedade e patriotismo, os universitários cariocas estudaram e debateram importantes problemas nacionais, dando uma contribuição ponderável ao movimento nacionalista.

UM ANO DE REALIZAÇÕES VITORIOSAS

No relatório das atividades da diretoria da UME na gestão 1958-1959, foram assinaladas as expressivas vitórias conquistadas pelos estudantes cariocas nêsse período. No que diz respeito às atividades diretamente relacionadas com os universitários, destacaram-se as campanhas pela encampação da Universidade do Rio de Janeiro (que levou os estudantes a uma greve de 60 dias), finalmente vitoriosa com a lei sancionada pelo prefeito; as manifestações de solidariedade aos estudantes das Faculdades de Direito da URJ e Nacional de Filosofia, da Escola de Engenharia contra ilegais transferências de militares para cursos da Escola, etc.

A diretoria também realizou nêsse período obras de relêvo, como a residência para estudantes na Praça XI, a Colônia de Férias na Barra da Tijuca, a Policlínica Central dos Estudantes, que atendeu a 16.365 casos, as diversas cooperativas mantidas pela entidade, as 37 edições do «O Metropolitano», etc.

PROBLEMAS NACIONAIS

Entre os movimentos levados a efeito pela Diretoria da UME, no ano transcorrido, foram mencionadas as campanhas contra a política entreguista do BNDE, através de comícios, passeatas e [illegible] públicos, [illegible] lio estatal do petróleo, contra os aumentos nos preços das passagens de bondes, das anuidades escolares e quaisquer outros que impliquem no aumento do custo de vida, de repúdio à discriminação racial de que foram alvo jogadores brasileiros de futebol na União Sul-Africana e outras.

REFORMA DO ENSINO

Um lugar destacado no Congresso Metropolitano de Estudantes foi ocupado pelos debates em tôrno da reforma do ensino, ora em apreciação na Câmara dos Deputados.

Foi promovido um debate sôbre o tema com a participação do ministro da Educação, sr. Clóvis Salgado, dos deputados Santiago Dantas e Aderbal Jurema, além de outras autoridades e estudantes. Apesar de convidado pelos estudantes, o sr. Carlos Lacerda, autor de um substitutivo profundamente reacionário ao projeto de lei de diretrizes e bases da educação, não compareceu, fugindo, assim, ao debate.

Não só a Comissão de Teses do Congresso, como o plenário repeliram o substitutivo Lacerda, e concluiram pela defesa dos fundos destinados à educação e contra o assalto das emprêsas privadas do ensino.

SITUAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

O relatório apresentado pela Faculdade Nacional de Filosofia, aprovado pela Comissão de Ensino, traça um quadro do ensino, em nosso país. Assim, afirma-se no relatório que apenas 48,35% dentre os brasileiros maiores de 10 anos são alfabetizados; 15% possuem instrução elementar completa e sòmente 4 por cento dos brasileiros completaram o curso médio. Em 1958, num total de 12 milhões de crianças em idade escolar [illegible] qüentavam escola. As razões dêsse fato residem na débil rêde escolar e na pobreza da nossa população, diz o relatório. Nem mesmo o ensino primário particular interessa-se pelo aumento do número de escolas, pois não há condição econômica para a matrícula.

O ENSINO MÉDIO E O LUCRO

Já no ensino médio, onde as possibilidades de lucro são maiores, a iniciativa privada entra com cêrca de 70 por cento do total. Pode-se fazer um paralelo entre o ensino particular e o público através dos exames vestibulares para as nossas escolas superiores, onde os alunos vindos de estabelecimentos oficiais de ensino médio logram aprovação nos concursos em muito maior número do que os originários de estabelecimentos particulares.

CONCLUSÕES SÔBRE O ENSINO PRIMÁRIO

Em relação ao ensino primário, a Comissão de Ensino chegou às seguintes conclusões:

1) necessidade urgente de ampliação da rêde escolar pública primária, a fim de que as crianças possam receber a instrução que o Estado tem por obrigação ministrar, de acôrdo com o art. 166 da Constituição;

2) para êsse fim, aumentar substancialmente os recursos destinados àquele setor do ensino, impedindo-se, outrossim, que as verbas públicas sejam desviadas;

3) necessidade de ser incrementada a formação do professorado primário, com a criação das correspondentes escolas;

E das conclusões finais extraímos as seguintes: 1) não concessão de subvenção para qualquer tipo de [illegible] destinadas, [illegible] mente à melhoria e à ampliação do ensino público; 2) não admissão na administração do ensino no país de representantes da indústria do ensino. A educação tem que ser orientada por técnicos e não por homens de negócio; 3) participação efetiva do estudante na administração das Universidades e Faculdades.

BANDEIRA NACIONALISTA

Na discussão dos problemas do país, que ocupou uma grande parte dos trabalhos do Congresso, os estudantes reafirmaram integralmente sua posição nacionalista, aprovando relatórios, teses, sugestões e indicações consubstanciando soluções nacionalistas.

ENERGIA — Manutenção do monopólio estatal da Petrobrás e encampação das emprêsas elétricas estrangeiras.

CAPITAL ESTRANGEIRO — Contrôle das remessas de lucros e apoio ao projeto que tramita na Câmara nesse sentido. Evitar a entrada no país de investimentos que venham competir com bens ou serviços produzidos pela indústria nacional. Proibição dos privilégios de que goza o capital estrangeiro, relativamente ao nacional. Discriminar rubricas no mercado cambial das transações financeiras, de modo que as remessas de lucros para o exterior não prejudiquem as importações de mercadorias essenciais ao desenvolvimento econômico. Pleitear empréstimos de govêrno a govêrno para desenvolver as indústrias de base e proibir os investimentos diretos estrangeiros nesse setor. Contra a permissão para funcionamento no Brasil de emprêsas estrangeiras que explorem serviços não essenciais.

Foi também sugerido o estudo dos problemas do vidro plano e da indústria do papel, esta última sob a [illegible] da [illegible]

GRAVURAS CHINESAS NO RIO

Inaugurada a 21 de outubro, está a aberta até 10 de novembro uma original exposição de gravuras chinesas. Como se sabe, os chineses são mestres neste gênero de arte. Distinguem-se ao mesmo tempo pela delicadeza e pelo realismo. Têm tôda uma tradição neste domínio, como aliás tudo na velha China. Mas a gravura moderna chinesa foi enriquecida por um tom de realismo e ligado à vida do povo, ao seu trabalho e às suas lutas, sem perder no entanto aquêle tom poético que impregna sempre a arte chinesa.

A exposição que vemos agora no Rio (Rua República do Peru 143-A, Copacabana) reúne trabalhos de mestres antigos e modernos da gravura chinesa. A iniciativa da exposição e sua organização coube ao colecionador de gravuras chinesas Mauro Vinhas de Queiroz, a quem devemos o convite (de última apresentação) que recebemos.

DIVULGUE «NOVOS RUMOS»

Campanha Nacional dos Comerciários

O Conselho de Representantes da CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio) reunido nesta Capital, adotou importantes resoluções, entre as quais salienta-se a intensificação da luta em defesa do direito de greve, pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, instituição do salário-família conforme estabelece a Constituição Federal, e entrega da administração das delegacias do IAPC aos comerciários indicados por seus órgãos de classe. A reunião do Conselho contou com a participação de representantes dos comerciários de todo o país.

Curso do ISEB Para os Bancários

Sob o patrocínio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Emprêsas de Crédito, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) realizará um curso extraordinário sôbre problemas brasileiros.

Os temas do curso, com os respectivos conferencistas, são os seguintes:

Nacionalismo e desenvolvimento, pelo prof. Cândido Mendes de Almeida; Nacionalização dos Bancos, pelo dep. José Joffili; Capitais estrangeiros e soberania nacional, pelo prof. Gilberto Paim; O petróleo boliviano, pelo dep. Gabriel Passos; Estrutura e problemas da economia brasileira, pelo prof. Ênio Távora; Consciência da realidade e desenvolvimento nacional, pelo prof. Vieira Pinto; Cultura e desenvolvimento pelo prof. Roland Corbisier.

O curso será ministrado na sede do Sindicato dos Bancários à Avenida Presidente Vargas, 502, 21.º andar, entre 4 de novembro e 16 de dezembro.

NOVO NÚMERO DE "ESTUDOS SOCIAIS"

encontra-se à venda nas bancas de jornais e em várias livrarias o número 6 da revista «Estudos Sociais», dirigida por Astrojildo Pereira. Trata-se de um dos melhores números dessa publicação, que já se assegurou uma feição própria e que tem divulgado bons trabalhos sôbre problemas de grande interêsse.

O sumário dêste último número de «Estudos Sociais» compreende: «A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional», de Jacob Gorender; «A evolução do pensamento de Euclides da Cunha», de Rui Facó; «Alguns aspectos da formação histórica dos engenhos e das fazendas», de Alberto Passos Guimarães; «Um livro sôbre a história e a economia de Pernambuco», de Fragmon Carlos Borges; «Trechos escolhidos», de Tobias Barreto; «A vitória da China contra a fome», de Josué de Castro; Crítica de livros e crítica de revistas.

Para pedidos dos Estados, damos o novo endereço de «Estudos Sociais» — Rua São José, 30, sala 502 — Rio de Janeiro — D.F.

O Segundo Capítulo Da Novela Do Sacopã

Reportagem de JOSÉ SANTACRUZ

O "Crime do Citroen Negro", como foi denominado o assassínio do bancário Afrânio Arsênio de Lemos, está novamente no cartaz, em virtude da agitação provocada pelo discutido deputado Tenório Cavalcante. A verdade é que, iniciado o segundo capítulo da "Novela Sacopã" não transparecem claramente todos os verdadeiros objetivos do irrequieto parlamentar, tal a confusão por êle próprio criada em tôrno do rumoroso processo. Trata-se apenas de uma promoção que explora a memória de um morto e a desgraça de um condenado com fins puramente de propaganda eleitoral? Ou está agindo o homem de Caxias sob o impulso de uma convicção profunda quanto à inocência de Bandeira?

O tempo dará resposta a estas perguntas que, de qualquer forma, se colocam agora em segundo plano, pois a grande interrogação é: quem matou Afrânio?

Hoje, com o ponto de partida, faremos um ligeiro retrospecto do famoso "Crime da Lagoa", apontando fatos à margem do processo, baseados nas investigações procedidas por alguns policiais e cujo resultado nunca foi divulgado.

O BANCÁRIO AFRÂNIO

Afrânio Arsênio de Lemos era funcionário do Banco do Brasil (escriturário), lotado na Seção de Cadastro. Ganhava pouco mais de quatro mil cruzeiros, mas tinha uma vida até certo ponto nababesca. Casara-se, mas, em vista de sua vida irregular, a espôsa o abandonara, requerendo em seguida o desquite. Livre, "Fafá", com oera corou-se ainda mais à vida desrou-se ainda mais à vida desregrada. Ninguém sabia onde êle — frequentador de buates e outros meios "elegantes" — obtinha os recursos para manter automóvel e presentear suas amantes. Sua mãe, viúva de antigo bancário, residiam numa modesta casa adquirida do Instituto dos Bancários, na Rua A'an Kardec, no Engenho Novo. A época do crime, em sua companhia viviam seu outro filho, Aluisio, funcionário de um dos Institutos, e uma filha solteira.

ANTECEDENTES

Em fins de março daquele ano (1952), "Fafá", por divergências, que nunca foram esclarecidas, na seção de Cadastro do Banco, antecipou suas férias, retirando-se para uma fazenda em Bauru, Estado de São Paulo, de propriedade de um tio. Regressou, no dia 6 de abril, domingo de Ramos, dirigindo-se para a residência da genitora. Chegou cêrca das 11 horas da manhã, e foi com a família para a casa de uma irmã, na Tijuca, onde almoçaram. A tarde voltou para descansar. Aproximadamente às 18 horas dêsse dia, um homem que não se identificou telefonou dizendo precisar falar com êle. Sua irmã Lídia atendeu ao telefonema e declarou que Afrânio se achava repousando. Uma hora depois, a mesma voz fêz nova ligação, perguntando se o bancário já havia despertado, pois precisava tratar com êle um assunto urgente. Às 2? horas, novo telefonema. Desta vez Afrânio atendeu. E foram respostas suas: "Está certo. Vou ao seu encontro. Que horas? Certo, às 10 horas, em frente ao Iate Clube da Urca".

Preparou-se para sair, quando sua mãe o interpelou: "Você está cansado, meu filho; e o tempo não está bom".

Mas êle estava decidido:

— Vou resolver êsse "abacaxi".

E saiu ao encontro da morte.

A CENA DO CRIME

Da cena do crime só se tem notícia através de dois depoimentos, um tanto vagos. O engenheiro Taunay que, em companhia da esposa, conduzia seu carro na Lagoa, em direção ao Jardim de Alah, declarou que, cêrca das 22,40 horas daquele dia, a uma distância aproximada de 200 metros, divisou o Citroen, junto ao meio fio, em frente ao Clube dos Calçaras. Em dado momento, quando mais próximo se encontrava, ouviu três estampidos e um indivíduo correu pela retaguarda do carro, entrando pela porta esquerda. Ato contínuo, movimentou o veículo, descrevendo com violência incrível, uma curva para retornar, ocasião em que cruzou com seu carro. O engenheiro pretendeu então manobrar seu veículo para empreender uma perseguição, mas a esposa o impediu. Pouco depois compareceu ao Primeiro Distrito Policial e comunicou o fato, mas o comissário, displicentemente, pouco se importou, admitindo tratar-se de alguma farra de filhos de "papais-ricos".

A outra testemunha é o motorista "Az de Ouro". Encontrava-se sentado num dos bancos, distante do local mais ou menos 50 metros, quando ouviu os tiros e observou a mesma cena. Falou com dois vigilantes municipais, numa rua transversal, mas êsses policiais também pouca importância deram ao fato, limitando-se a ir ao local, de onde o veículo já havia desaparecido.

ENCONTRO DO CADÁVER

Passavam de 6 horas da manhã seguinte, segunda-feira, quando um operário de uma obra da Ladeira de Sacopã teve sua atenção despertada para o Citroen aí estacionado, principalmente porque o auto estava com os faróis acesos. Vendo um homem morto, apressou-se em comunicar o achado à Rádio Patrulha. A polícia encontrou o corpo do bancário sôbre o assento da frente, do lado direito. Três perfurações, produzidas por bala, e nada menos do que 43 golpes no crânio, causados por instrumento contundente, foram a causa da morte.

Só assim as autoridades do Primeiro Distrito Policial despertaram e iniciaram diligências. Acharam mais cômodo, porém, transferir a ocorrência para o Segundo Distrito Policial, porque ligaram o crime à comunicação do engenheiro.

MARINA E BANDEIRA

Em breve descobriu-se que Afrânio, entre outras aventuras com senhoras da alta sociedade, mantinha um romance com Marina de Andrade, moça leviana, também frequentadora do "society". Era ela, ao mesmo tempo, cortejada pelo Segundo Tenente da FAB, Jorge Alberto Fran... Bandeira, recém-saído da Academia e que, dois dias depois do crime, fôra servir no Ceará.

Durante mais de 15 dias, no entanto, a polícia manteve-se pràticamente marcando passo, não desenvolvendo diligências para elucidar a misteriosa morte do bancário.

O "Crime da Lagoa", entretanto, possuía certo sabor novelesco. Havia um bancário morto, um citroen negro, uma bela jovem como "pivot" e, para completar, um oficial das Fôrças Armadas. Em pouco tempo, o caso começou a ter certa repercussão e a crônica policial destacava as notícias, apontando-o como o crime mais sensacional dos últimos tempos.

POLÍCIA

O delegado Hermes Machado havia sido nomeado pouco antes para êsse cargo. Tinha como auxiliar o comissário Rui Dourado, que acabara de ingressar nos quadros policiais. Chefe e auxiliar, ambos de uma vaidade descontrolada, viram na morte de Afrânio um motivo para se projetarem.

Faltavam poucos dias para a conclusão do inquérito, isto é, o prazo de 30 dias para que os autos fôssem enviados à Justiça, estava prestes a se esgotar. E os dois trataram de desvendar de qualquer maneira o mistério. Foi assim que começou a "Novela do Sacopã". Na próxima edição publicaremos sôbre o assunto a segunda reportagem: "AFINAL, QUEM MATOU O BANCÁRIO?"

A CARNE E OS TRUSTES

A carne, tal como o trigo e petróleo, é um produto manejado, estratègicamente, pelos trustes internacionais. Aqui, no Rio, 60% do consumo da carne depende dos frigoríficos norte-americanos. São, pois, os trustes, intervindo, diretamente, como em vários outros setores fundamentais da vida do país, no setor de alimentação. Não é por acaso que, em tempo de guerra, a carne desaparece como por encanto.

Há alguns anos, êsses trustes mandaram ao Brasil a missão Klein e Sacks, que, na aparência, tinha o objetivo de, tècnicamente, estudar as reservas alimentícias, mas, na realidade, acabou por aconselhar ao govêrno brasileiro a exportação de carne em alta escala. E a exportação, mesmo na emergência em que nos encontramos, com filas imensas às portas dos açougues, filas que se iniciam na véspera de uma compra nem sempre realizada, continua a ser feita. Há poucos dias, foi denunciada a passagem, pelo pôrto do Rio, de centenas de toneladas de carne, vindas de S. Paulo, consignadas ao pôrto de Hamburgo e destinadas às tropas americanas de ocupação na Alemanha. Os trustes precisam alimentar bem os soldados para que êles se coloquem, sempre, em defesa de seus interêsses excusos. E se alimentam bem os soldados têm, também, o cuidado de nomear, acertadamente, os seus embaixadores. E' o caso de Mr. Cabot, o embaixador norte-americano, cuja maior preocupação é dar conselhos ao govêrno e ao povo brasileiro, recomendando que sejamos sensatos. Levando a sério a recomendação, seria sensato que o govêrno não desafiasse dessa forma a paciência do povo. Não será importando carne da Argentina, que vão ser cumpridas as promessas feitas em cada 48 horas. A solução do problema está mais próxima, ali, nos frigoríficos, nas invernadas que lhes pertencem, nas fazendas do Armour, do Swift e de outros, que se estendem, por léguas e léguas, no interior do país. Não sei que providência mais justa, face ao descontentamento popular, do que a nacionalização dos frigoríficos, em que pesem os conselhos «sensatos» de Mr. Cabot, porque importar carne da Argentina significa, da mesma forma, depender dos trustes, pois, naquele país, a maior parte da produção da carne está nas mãos do Armour, Swift e seus sócios menores.

ANA MONTENEGRO

MANOBRA PARA AUMENTO DA C.M.T.C. EM SÃO PAULO

Trabalhadores e povo contra a elevação de tarifas, pela intervenção nos frigoríficos e por feijão a preço de tabela

SÃO PAULO (Da Sucursal) — As dificuldades de transporte nesta Capital vêm se agravando ràpidamente. O dinheiro dos sucessivos aumentos de tarifas não foi empregado no reequipamento da concessionária oficial (CMTC), que, aliás, tem entregue diversas de suas linhas a emprêsas particulares. O govêrno estadual exime-se de assumir qualquer parcela de responsabilidade no caso, enquanto o sr. Adhemar de Barros vai para os jornais declarar que se não forem tomadas medidas urgentes, a CMTC entrará em liquidação dentro de 30 dias, acrescentando que se o povo for para as ruas, em novo quebra-quebra, também estará lá.

MANOBRA AUMENTISTA

Em meio a todo êsse barulho, nota-se uma nova conspiração contra a bolsa do povo, um novo aumento de tarifas. Há cêrca de dez dias, os trabalhadores das emprêsas de ônibus particulares — que cobram tarifas mais ou menos iguais às da CMTC — entraram em greve e conquistaram aumento de salários. Mas êsse aumento ficou condicionado à elevação das tarifas. E, como êsse aumento está pràticamente ligado ao pretendido também pela CMTC, então fica bem clara a manobra. As tarifas de 3,00 passariam para 5,00 e as de 5,00 para 8,00!

O POVO SE DEFENDERÁ

As declarações do sr. Ademar de Barros estão sendo muito comentadas. O procurador do Estado chegou a dizer que está decidido a processá-lo... Mas as organizações operárias e populares estão preocupadas em impedir que vingue o plano do aumento. Que o govêrno estadual e o municipal subvencionem a CMTC, mas que o povo não seja ainda mais escorchado.

TRANSPORTE, CARNE E FEIJÃO

O denominador comum das lutas operárias e populares se estabelece hoje sôbre êstes pontos básicos: nenhum aumento de tarifas de transportes urbanos, feijão a preço de tabela e intervenção nos frigoríficos, para que o povo possa comer carne.

Em tôrno dessas reivindicações se estão manifestando e mobilizando sindicatos, associações estudantis, de bairro, femininas, etc., ao mesmo tempo em que se desenvolve e toma corpo a campanha do proletariado por aumento de salários.

"DIREITO DE GREVE"

Um Trabalho do Prof. Dante Leonelli

Lançado pela Livraria do Povo, acaba de aparecer em Curitiba, Paraná, o livro do advogado e professor Dante Leonelli — "Direito de Greve". Trata-se de um interessante trabalho de pesquisa histórica, de conceituação jurídica da greve e de defesa dêsse direito fundamental dos trabalhadores. O autor, apoiando-se em vasta bibliografia, expõe as origens históricas da greve, caracterizando-a como um fenômeno típico do modo de produção capitalista, fruto da contradição entre o capital e o trabalho, expondo em seguida a maneira como é encarado o direito de greve em diversos países.

O professor Dante Leonelli, depois de analisar a história da greve no Brasil, acentua a necessidade da regulamentação do direito de greve, discutindo os seus diferentes aspectos e condenando vigorosamente, como inconstitucionais, o decreto-lei 9.070 e o § 2.º, do art. 1.º, da lei n.º 1.890 de 13 de junho de 1953. Defendendo a regulamentação parte o autor da tese segundo a qual uma vez estabelecido o direito de greve na Constituição, é vedado aos legisladores restringi-lo cabendo-lhes apenas regular o seu exercício.

"Direito de Greve", do prof. Dante Leonelli, é em suma uma valiosa contribuição para o esclarecimento das questões, tanto de natureza histórica como de ordem jurídica, relacionadas com a greve.

Defesa da Escola Pública...

(Conclusão da 10.ª pág.)

no, que já se apossou das fábricas de Nova Iguaçu e Jaboatão.

OUTROS PROBLEMAS

Os estudantes, após acalorados debates, resolveram que a reforma agrária deve ser estudada profundamente pela classe estudantil. Quanto ao problema do abastecimento de gêneros alimentícios e especialmente o da carne, os congressistas indicaram uma série de sugestões no sentido de que o govêrno intervenha no mercado e assegure a oferta de gêneros aos consumidores, combatendo firmemente a especulação.

Os estudantes protestaram, ainda, contra a intromissão dos govêrnos americano e inglês no caso dos frigoríficos; contra a entrega da borracha sintética à «Goodyear» e à «Firestone»; contra a entrega dos minerais atômicos e contra a compra do porta-aviões «Minas Gerais».

Do mesmo modo que as grandes nações o fazem, consideram os estudantes que não existe qualquer motivo para o Brasil deixar de manter relações normais com a União Soviética e a República Popular da China.

A União Metropolitana dos Estudantes resolveu também denunciar como lesivo aos interêsses nacionais o acôrdo de Roboré.

«Dona Benta» na URSS: 115 mil exemplares

O leitor soviético demonstra crescente interêsse pela literatura da América Latina. Noventa obras de autores latino-americanos estão editadas na União Soviética, com uma tiragem global de 4 milhões 731 mil exemplares.

Um dos maiores sucessos recentes da literatura latino-americana no país dos Sovietes foi Monteiro Lobato. Editôra de Moscou organizou uma seleção das "Histórias de Dona Benta". Esgotou-se em oito dias. Tiragem: 115.000 exemplares.

SÃO PAULO

METALÚRGICOS: GREVE DIA 3

SÃO PAULO (Da Sucursal) — Em assembléia realizada domingo último, decidiram os trabalhadores metalúrgicos deflagrar a greve geral da categoria, nesta capital, no próximo dia 3 de novembro. Tal decisão, adotada por unanimidade, surgiu no momento em que a numerosa corporação verificou ser difícil um entendimento com os empregadores, na base de simples conversações, as quais, até hoje, têm sido infrutíferas.

Durante a assembléia, os metalúrgicos tomaram conhecimento da proposta patronal: aumento apenas sôbre os salários de novembro de 1958; acôrdo por dois anos, com a compensação de qualquer majoração havida, espontânea ou não. Tal proposta foi rejeitada, pois a categoria deseja aumento de 43,7% sôbre os salários de novembro de 1958, para os profissionais; majoração de 34,1% sôbre os vencimentos de janeiro do corrente ano, para os operários beneficiados com o salário mínimo e abono de Natal de 240 horas, que deverá ser concedido a tôda a categoria.

O acôrdo salarial vigente terminará no próximo dia 1º de novembro. Nova assembléia deverá ser realizada no dia 30 de outubro, a fim de ser ratificada a decisão de greve.

A decisão dos metalúrgicos marca o início de uma tomada de posição mais firme das categorias profissionais que pleiteiam a elevação dos salários atuais. O aumento verificado no custo de vida, em São Paulo, de acôrdo com os estudos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, foi de 43,7%, nos últimos onze meses. Embora existam setores patronais contrários a um reajustamento em tais bases, é de se notar também o fato de haver o sr. Antônio Devisate, presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo declarado, durante a X Convenção das Indústrias do Interior, realizada domingo último em Taubaté, que a indústria deve conceder um aumento de salários que corresponda à elevação do custo de vida.

"Reforminhas" (Ilegais) Da SUMOC Devem Ser Anuladas

Justificando-o com a necessidade de destinarem-se as receitas obtidas com a exportação de mercadorias ao suprimento dos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento do País, e não ao favorecimento das remessas de lucros das emprêsas estrangeiras, o deputado Valério Caldas Magalhães apresentou à Câmara Federal um projeto de lei proibindo a negociação no mercado livre das divisas resultantes da exportação e anulando, portanto, a série de «reforminhas» cambiais realizadas pela SUMOC, durante a gestão do sr. Lucas Lopes no Ministério da Fazenda.

Em seus cinco artigos, o projeto estabelece:

— que tôdas as divisas resultantes das exportações serão vendidas ao Banco do Brasil, e se destinarão a cobrir as importações de mercadorias, com seus respectivos fretes e seguros, e às necessidades financeiras do Govêrno Federal;

— com o objetivo de estimular as exportações, que a SUMOC poderá alterar o número, até um máximo de dez, das categorias de exportação, bem como a composição de cada uma delas e a correspondente bonificação;

— que é expressamente proibida a liquidação de divisas provenientes da exportação de produtos no mercado livre de câmbio;

— que, até posterior regulamentação pela SUMOC, os produtos exportados, cujas divisas são atualmente liquidadas no mercado livre, receberão bonificações iguais à taxa de câmbio livre em vigor no dia.

Na justificativa que leu para os deputados, observou o sr. Valério Caldas que, nos últimos anos, a receita cambial do País decresce de maneira considerável. Em conseqüência, torna-se imperativa uma política de severa poupança dos recursos cambiais, tendo em vista, em primeiro lugar, as necessidades de importação e, em segundo lugar, as necessidades financeiras da União, sob pena de ver comprometido o desenvolvimento econômico do País.

Em tal situação, prosseguiu êle, não se justificam as medidas tomadas pela SUMOC, transferindo, para o câmbio livre, um volume de divisas superior a 120 milhões de dólares, anualmente, correspondentes à exportação de uma série de produtos, entre os quais o algodão e o açúcar. A argumentação da SUMOC, de que tais medidas visavam estimular a exportação dêsses produtos não procede, uma vez que a mesma SUMOC pode aumentar a bonificação a êsses produtos, conservando-os dentro do mercado oficial.

Observou ainda o deputado Valério Caldas que essas medidas da SUMOC tiveram um aberto caráter ilegal, por isso que a Lei 1.807, que definiu o sistema de câmbio do País, permitiu apenas a título excepcional a transferência de divisas de exportação para o câmbio livre, e estabeleceu inclusive um limite máximo de 12 meses para a validade dessa transferência, enquanto a SUMOC não fixou prazo algum para a validade de suas «reforminhas».

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXÉDI — o poeta vaqueiro

Favela do «canta galo».
Vinte do mês de outubo.
Cumpade Luiz Trinchete:
Tudo sobe e eu num subo.

Subiu a carne, a farinha,
Fejão, rapadura e mio.
Percisa sê senadô
Pá comprá pelo valô
Qu'eles vendem cá no Rio.

A Cãmila discansô:
Dia treze, terça-feira.
Naceu mais u'a infiliz
Pra sê ama ou lavadêra
E se tivé pôca sorte
Miritiz ou piniquêra.

Câmila foi comprá carne,
As duas da madrugada.
No cãminhão da COFAP
Qui vende carne gelada.
As dô apertô na fila
Vortô pra casa Cãmila
Trazendo a pobe coitada!

Nós já se tinha pensado
Butá um nome comum:
Se fôsse muié: COFAP
E num macho pô: atum.

Mas o pade capelão
Dixe qui num batizava,
Qui lá no reino do céu
A COFAP num intrava.

Nós vortemos da ingrêja
Com a minina pagã.
S'ela morrê sem botismo
Curpado é o catulicismo
Qui disprezô a marrã.

Carcule se fosse atum
Tinha havido bufetão.
Pôs quarquê nome de bicho
Num fica bem num cristão.
Não sei pruquê teve Papa
Qui se chamava lião

Nas favelas federá
A misera cuntinua.
Pidinte pelas carçada,
Cente duente na rua.
Gabrié de doutô Laro,
Êle e a muié s'alistaro
Pra viajá lá pra Lua.

Aí vai nossas nutiça
Juntas cum o meu abraço,
O teu cumpade istimado:
Manezin dos Anastaço.

10 RAZÕES PELA INTERVENÇÃO NOS FRIGORÍFICOS

Quase dois meses depois de iniciada a crise da carne, a população dos grandes centros continua ainda submetida a um racionamento digno dos tempos de guerra, sendo obrigada na maioria das vêzes a pagar o produto fora do tabelamento e preços exorbitantes. Apesar da vontade firme do atual presidente da COFAP, general Ururahy Magalhães, em não ceder aos frigoríficos, êstes ainda se sentem suficientemente fortes e prestigiados para continuar o boicote impunemente. Têm para defendê-los, além de seus agentes e defensores habituais, tôda a caterva dos protetores da "livre iniciativa" que procuram desmoralizar as medidas de proteção do povo contra os monopólios da carne tachando-as de "comunistas" e "nacionalistas xenofóbos". Vejamos, portanto, alguns pontos que mostram que a intervenção é necessária e justificada e aguardemos as respostas dos defensores da "iniciativa privada".

1 — O Decreto-lei 9.883 que preservou os frigoríficos estrangeiros com o privilégio de poderem criar gado para abate impôs-lhe condições insofismáveis aos seus beneficiários. Como se tratava claramente de uma manobra de proteção desonesta aos frigoríficos estrangeiros, arranjada dois dias antes de ser promulgada a Constituição de 1946, era preciso dar uma justificativa para medida que contrariava ostensivamente os interêsses dos pecuaristas e da população. Esta justificativa é o parágrafo 1º do decreto-lei. Neste parágrafo fica estabelecido que o gado criado pelos frigoríficos seria conservado para abastecimento da população no período da entressafra, de 1.º de agôsto a 31 de dezembro. Mais ainda, fixava-se em 1.000 cruzeiros por cabeça de gado abatido em excesso a multa que os frigoríficos teriam que pagar pela desobediência da lei. Fica claro, então, que os frigoríficos não desobedeceram a lei, não constituindo estoques, e estão em situação inteiramente irregular, ou têm gado em suas pastagens e o estão sonegando, o que constitui crime contra a economia popular.

2 — É inteiramente falsa a alegação de que o boi está sendo comprado a preços muito superiores ao fixado pela Portaria 346 da COFAP, que determinou a requisição do gado nas invernadas a 530 cruzeiros a arrôba. Em Montes Claros, centro de uma das maiores regiões de criação de gado do país, como informou alto funcionário da Secretaria de Finanças de Minas Gerais, o boi está sendo vendido no máximo a 5.000 cruzeiros, numa média de 450 a arrôba. Em Barretos, segundo o boletim da Associação Rural do Vale do Rio Grande, órgão dos pecuaristas dessa grande zona de criação, o preço máximo da arrôba foi de 450 cruzeiros, em maio passado. E, tanto em Montes Claros como em todo o Brasil Central, o que não falta é boi.

3 — A balela da "livre iniciativa" é tanto mais tapeação porque os três frigoríficos americanos (Armour, Swift e Wilson) fazem parte de um mesmo grupo industrial e financeiro nos Estados Unidos, o chamado grupo de Chicago, ao qual pertencem igualmente a Sears, a International Harvester e numerosas outras emprêsas e bancos. Os três e a Anglo, trabalhando em comum acôrdo, controlam dois terços do abate, da refrigeração e do abastecimento de carnes no Brasil Central e Sul. Como êsses são os centros decisivos de criação de gado e produção de carne, os frigoríficos estrangeiros controlam inteiramente os preços para o produtor e para o consumidor, submetendo-os às suas condições. Como vemos, só se pode falar em liberdade para os frigoríficos monopolistas estrangeiros, e não em livre iniciativa.

4 — De acôrdo com o que informou o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Animal, órgão do Ministério da Agricultura que controla a produção e exportação de carnes no Brasil, foram exportadas no 1.º semestre dêste ano, apenas pelos portos do Rio de Janeiro, Santos e Pôrto Alegre (faltando Livramento e Rio Grande), mais de trinta mil toneladas de carne. Isto indica que a carne que a COFAP vai importar da Argentina vem tapar um buraco criado pela que os frigoríficos exportaram. Por outro lado, de quem será comprada a carne argentina? Embora ainda não exista informação precisa sôbre a questão muito provável que ela será comprada aos mesmíssimos frigoríficos americanos e inglêses que, graças ao Frondizi, já controlam inteiramente o mercado argentino. Em poucas palavras: os frigoríficos fizeram ótimo negócio exportando a carne brasileira e vão agora exportar carne argentina para o Brasil.

O general Ururai tem manifestado, à frente da COFAP, a intenção de levantar uma barreira à até agora contínua elevação dos preços. E no caso da carne pôs-se a disposição (não suficientemente apoiada pelo govêrno do sr. Kubitschek) para pegar o boi pelo chifre, intervindo nos frigoríficos estrangeiros e nas invernadas a fim de desfazer a sonegação do produto e assegurar o abastecimento normal às populações. Por tudo isso, os trabalhadores e o povo, que na época do coronel Mindelo olhavam para a COFAP com ceticismo e mesmo indignação, passam agora a prestigiar, em movimentos de apoio, o atual presidente da entidade. (Na foto, aspecto da manifestação de operários e estudantes ao general Ururai, em frente à COFAP, pela sua luta contra os frigoríficos).

5 — Como o próprio Programa de Metas do Govêrno constata, os frigoríficos só utilizam um quinto de sua capacidade de produção, servindo mal à população das grandes cidades do Centro e Sul do Brasil. Em dezoito anos de 1940 a 1958, a produção dos frigoríficos praticamente não aumentou, enquanto crescia consideràvelmente a procura do produto. Aos monopólios não interessa aumentar a produção porque isto viria fazer com que diminuíssem os preços da carne no mercado nacional e internacional.

6 — Os frigoríficos americanos e inglêses já possuíam em 1956 mais de duzentas mil cabeças de gado, tudo indicando que êsse número foi multiplicado por 3 daquela data até hoje. Isto representa uma arma poderosa em suas mãos, porque é uma forma de impor preços aos pecuaristas. Se mais de um terço do gado abatido pelos frigoríficos vem de suas próprias pastagens, êles podem sempre, por muito tempo, deixar de comprar gado àqueles criadores que não aceitaram suas condições. Mas uma vez se vê que a "livre iniciativa" também é monopólio dos trustes estrangeiros da carne.

7 — Os frigoríficos americanos, mesmo não considerando as falcatruas contábeis que fazem para ocultar seus lucros, auferem no Brasil lucros oito vêzes mais elevados do que nos Estados Unidos. Será que o direito de explorar mais ferozmente os povos de outros países faz parte do "sistema da livre iniciativa"? É uma pergunta que certos editorialistas da "imprensa sadia" deveriam responder.

8 — Os trustes da carne e seus protegidos dependentes recebem anualmente do Banco do Brasil e de outras fontes oficiais vultosos empréstimos em prejuízo dos pequenos e médios produtores nacionais que se vêem obrigados a recorrer à Anglo, Armour, Wilson e Swift para obterem créditos concedidos com imposições escravizantes.

9 — Os frigoríficos estrangeiros jamais vacilaram diante dos métodos mais criminosos para estabelecer e consolidar seu monopólio no Brasil. Seria muito longa a lista de crimes cometidos por êles, mas quem duvide da acusação poderá, por exemplo, procurar saber quais foram as revelações iniciais do inquérito para apurar os responsáveis pelo incêndio do grande frigorífico da Frimisa em Minas Gerais. O inquérito foi imediatamente abafado e desvirtuado por pressão dos trustes internacionais, pois era provar que foram êles que financiaram o pobre coitado que pôs fogo às instalações. Ou também não será crime reduzir o fornecimento de carne a São Paulo e ao Rio a um quarto do normal para obrigar a COFAP a aumentar os preços?

10 — Finalmente, o procurador da República diz, em seu parecer contrário ao pedido de tropas para ocupação dos frigoríficos e invernadas, que a lei que criou a COFAP, ou a legislação brasileira sôbre o assunto não permitem essa ocupação. Ao mesmo tempo, lembra que a lei que cria a Superintendência do Abastecimento dá a ela o poder de intervir efetivamente no mercado de produção e ocupar temporàriamente emprêsas. Perguntamos então porque o govêrno não se interessa pela rápida aprovação do projeto que êle mesmo enviou à Câmara, e, ao mesmo tempo, não toma outras medidas igualmente eficazes, como a desapropriação, ou requisição, levando em conta que as emprêsas estrangeiras que dominam o mercado de carne desrespeitaram o Decreto-lei 9.883 que torna obrigatória a constituição de estoques na época do ano?